

457
70
1937

JOAQUIM PIRES DE LIMA

Prof. da Faculdade de Medicina do Pôrto

ARES DO CAMPO



BARCELOS

1937

P. 22.
12.096

ARES DO CAMPO

ARES DO CAMPO

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO
COMPANHIA EDITORA DO MINHO
BARCELOS

DEP. LEG.

J. A. PIRES DE LIMA

DIRECTOR DO INSTITUTO DE ANATOMIA DA FACULDADE DE MEDICINA DO PÓRTO
SÓCIO CORRESPONDENTE DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA



S. A. P.
12.07.36

R. 133169

ARES DO CAMPO



BARCELOS
1937

DO MESMO AUTOR:

AS ANOMALIAS DOS MEMBROS NOS PORTUGUESES, 1 vol. de 180 págs., com 85 figuras; Pôrto, 1927.

FORA DA AULA (coleção de artigos de vulgarização), 1 vol. de 334 págs.; Pôrto, 1929.

VÍCIOS DE CONFORMAÇÃO DO SISTEMA URO-GENITAL, 1 vol. de 212 págs., com 115 figuras; Pôrto, 1930.

D. AFONSO VI, 1 vol. (de colaboração com A. A. Pires de Lima), ilustrado; Pôrto, 1937.

Le principal office des femmes consistant à former et à perfectionner les hommes, il serait autant absurde qu' injuste de glorifier un bon citoyen, si l'on négligeait d'honorer la mère, l'épouse, etc., auxquelles son succès fut surtout dû.

AUGUSTE COMTE

A MINHA QUERIDA MULHER, FIEL COMPANHEIRA DE TANTOS ANOS DE LUTA, DOCE AMPARO DA MINHA VELHICE PRECOCE, DEDICO ÊSTE LIVRO, CUJAS PÁGINAS FORAM QUÁSI TÔDAS MEDITADAS E ESCRITAS NA TERRA DE SEU PAI, ONDE, PELA PRIMEIRA VEZ, TIVE A FELICIDADE DE A VER.

J. A. PIRES DE LIMA

A doença de S. Roque (1)

A BÍBLIA e a História eclesiástica são fontes inexgotáveis de obras de arte.

Quantas maravilhas de arquitectura, de escultura, de pintura e mesmo de poesia e de prosa nos legaram as gerações de crentes que nos precederam!

Percorrendo os museus de arte antiga, os edificios monumentais dos séculos passados, ou lendo as vélhas epopeias, podemos avaliar a influéncia da fé religiosa na concepção de tantas das mais grandiosas produções artísticas do espírito humano.

Ainda hoje, a-pesar da derrocada que, desde há século e meio, parece que iam levando as ideias religiosas, os

(1) Este artigo foi publicado pela primeira vez, em Agosto de 1912, na revista «O Ave», do meu grande Amigo Dr. José Coelho de Andrade, a cuja memória piedosamente o dedico.

artistas aproveitam com freqüência assuntos sacros para as suas criações.

E não são apenas os pintores e os escultores que vão procurar a inspiração às vélhas crenças. Também os mestres da literatura o fazem; basta-nos recordar Flaubert e o nosso Eça de Queiroz, que ao *Flos Sanctorum* foram buscar as vidas de alguns santos para as revestir do estilo mais delicadamente artístico, fazendo delas contos dos mais emocionantes das modernas literaturas.

Não são apenas obras de arte que podem ir inspirar-se naquelas fontes.

A crítica histórica, a crítica literária e artística têm muito onde exercer-se nos produtos da fé religiosa dos nossos antepassados.

Até as ciências médicas podem ocupar-se, e muito se têm ocupado já, de tais assuntos, colhendo dados para a história da medicina e fazendo por assim dizer a clínica histórica. O *Antigo Testamento*, por exemplo, mostra-nos com tôda a clareza que já os primitivos judeus sofreram flagelos iguais aos que ainda hoje mortificam a humanidade, como a peste, a lepra, etc.

*

Nas minhas leituras dêste comêço de férias encontrei assunto para umas singelas notas médico-literárias, que o colega e amigo José Andrade me exige implacavelmente para a sua revista.

O tema que aproveito é a vida de S. Roque, a sua história mórbida e a sua representação iconográfica.

Eis a vida de S. Roque, confessor, cuja festa a Igreja celebra a 16 dêste mês, e tal como ingênuamente a descreve uma obra do século XVIII (1):

«Era natural de Montpellier e filho dum rico senhor feudal. Virtuoso desde a infância, logo que seus pais morreram distribuíu parte dos bens pelos pobres e legou o resto a um tio.

Professou, fez-se peregrino e marchou em direcção a Roma. Ao passar por Aquapendente, onde grassava uma peste, ofereceu-se para tratar dos doentes. Os carbúnculos pestosos saravam, mal Roque, em cima dêles, fazia o sinal da cruz.

Em Roma, e outras cidades italianas, obrou prodígios análogos.

Nosso Senhor avisou-o que êle seria atacado duma febre quente, e que seria ferido por uma flecha que lhe atravessaria uma coxa. E tudo sofreu com a mais alegre resignação.

Regressando à pátria, foi no caminho atacado de outra doença que o teve prostrado num bosque, em completo abandôno. Só um cão o procurava todos os dias, levando-lhe pão com que se alimentou durante algum tempo.

Chegado a Montpellier, onde então havia guerra, não se deu a reconhecer, foi prêso à ordem de seu tio e lançado na prisão, por suspeitas de espionagem.

Ao cabo de cinco anos morreu no cárcere, de um ataque de peste.

Foi em 1327 e tinha S. Roque 32 anos.

(1) Les nouvelles fleurs des vies des saints et fêtes de l'année — Lyon M. DCC. LX.

Depois de morto, encontraram-lhe um escrito que dizia: — Os que forem feridos de peste, e implorarem o favor de Roque, serão curados.

Só então se soube quem era o prisioneiro. »

*

A representação iconográfica de S. Roque varia muito, e nem sempre está rigorosamente de acôrdo com a *vida* acima transcrita.

Na obra citada vem uma estampa com a imagem de S. Roque em traje de peregrino, sentado debaixo de uma árvore e com o cajado ao lado. Um anjo aponta para uma ferida que êle tem na face externa da coxa direita e um cão trás na bôca o pão que há-de alimentar o santo.

A lesão da coxa representa certamente a que lhe teria sido produzida pela seta.

No capítulo — Os pestíferos — duma esplêndida obra de Richer, (1) várias imagens de S. Roque enriquecem a iconografia artística da peste.

Pietro de San Vito (1513) representa S. Roque apoiado ao seu bordão, a mostrar um bubão pestoso na região ínguino-crural esquerda.

Num belo quadro de Francesco Carotto, pròximamente da mesma época, vê-se também aquêle santo com o inseparável bordão de peregrino e a concha prêsa na túnica, a mostrar o seu bubão, que desta vez se localiza no triângulo de Scarpa, mas à direita.

(1) *Paul Richer* — *L'art et la médecine*, Paris, Gaultier, Maquier et C.ie.

Uma estatueta do século xv, publicada igualmente em Richer, apresenta um grande bubão, também à direita e com as veias superficiais do membro inferior muito dilatadas.

Richer chama a tais saliências cordões de linfangite. Não me parece que essas lesões quisesse representar o desconhecido escultor.

As saliências são demasiadamente grossas e, além disso, a linfangite prostraria febrilmente o santo, que não poderia levantar-se na postura em que se encontra.

O terror das trágicas epidemias da Idade Média criou também entre nós uma fervorosa crença no poder sobrenatural de S. Roque.

Por tôda a parte se erigiram capelas votivas, ou se lhe levantaram altares ou nichos nas igrejas do nosso Minho. No concelho de Santo Tirso lembraremos a capela de Santa Cristina, restaurada recentemente pelo benemérito Conde de S. Bento e a imagem de S. Roque da igreja de Areias, que, a-pesar de tôsca e sem o menor valor artístico, ainda atualmente faz ajoelhar diante dela, todos os domingos, dezenas de fervorosos crentes.

Tal é a fôrça da tradição, que deixou, através de sete séculos, a memória do piedoso e jóvem fidalgo de Languedoc! . . .

O S. Roque da minha terra é uma estatueta absolutamente privada de verdade anatómica e de linhas artísticas.

A cabeça é pequeníssima, e, pelo contrário, as mãos são exageradamente grandes, como de acromegálico.

A túnica, pesadíssima, afasta-se-lhe artificialmente em baixo, deixando-lhe ver, na face interna da coxa esquerda,

logo acima do joelho, uma lesão, que poderia representar um carbúnculo.

Um cão inverosímil trepa-lhe ao cano da bota esquerda e pretende, segundo parece, aproximar o longo focinho da lesão do santo.

O pau, a cabaça e a concha são atributos clássicos de peregrino.

Esta imagem deve ser muito antiga e muitas gerações de cristãos se terão prostrado diante dela, implorando a S. Roque que os livre de pestes, de fome e de guerra!

Há cêrca de 20 anos (com que saúde o recorde!) o S. Roque de Areias achava-se totalmente desbotado, sem o mais leve tom côr de rosa a avivar-lhe as partes nuas. Era um bloco descolorido, todo com o mesmo tom uniforme dado pelo pó dos séculos.

O reverendo abade que então paroquiava a freguesia resolveu mandar encarnar de novo a imagem. Por algumas semanas faltou ela no seu nicho, até que um domingo reaparece sôbre o altar-mor, ao lado do padre, ostentando-se reformado, com a túnica pintalgada de côres garridas. Para evitar que a atenção dos fiéis fôsse desviada, o sr. abade determinou que S. Roque ficasse durante algumas semanas junto de si. Só depois que o povo de Areias se habituou ao novo *aspecto* do santo é que êle foi trasladado outra vez para o seu nicho.

*

Foram tam pavorosas as hecatombes produzidas pela peste em remotas eras, que se compreende bem como o Advogado celestial contra as epidemias logrou ser tam

reverenciado pelos povos eivados de misticismo como o NOSSO.

Aquela doença, que nós não podemos hoje considerar exótica, depois das recentes epidemias do Pôrto e dos Açores, em regra não tem agora as conseqüências terrivelmente mortíferas de outros tempos.

Êsse resultado deve-se indubitavelmente aos progressos brilhantíssimos da higiene moderna.

Percorrendo a literatura histórico-médica que pude haver às mãos, nada encontrei que confirmasse a existência na Europa, no tempo de S. Roque, de qualquer epidemia de peste.

A maior parte dos historiadores, mal versados em assuntos médicos, chamava *peste* a qualquer doença epidémica, muito mortífera, ou mesmo às grandes fomes da Idade-Média.

S. Roque teria morrido em 1327 e a primeira epidemia de peste nitidamente confirmada na Europa, na Idade-Média, foi a *peste grande*, *peste negra*, ou *grande mortandade*, que devastou em 1348 mais de metade da população do mundo conhecido.

Antes da Peste grande, muitas epidemias houve nos séculos XIII e XIV, mas não podem identificar-se com a peste.

O Dicionário de Déchambre (1) cita as pestes de Itália (1242-1243), de Milão (1254), a do exército de S. Luiz (1270), de Inglaterra (1307), de Veneza (1311) e de Itália (1316-1317), antes da *peste grande*. A maior parte

(1) Dictionnaire encyclopédique des sciences médicales — V. Peste.

destas epidemias não deviam ser de peste. Pelo menos não há elementos para fazer tal diagnóstico.

Renzi (1) não cita epidemias anteriores à *peste negra* do século XIV, e o mesmo sucede a Dupouy (2).

Morejon (3), antes da *peste geral* ou *primeira mortandade* do século XIV, menciona as seguintes epidemias espanholas:

Em 1214 epidemia de *Fogo de San Anton*.

Em 1217 seca, fome e peste, com grande mortalidade.

Em 1230 epidemia que despovoou quasi por completo a Ilha Maiorca.

Em 1283 epidemia no exército invasor de Filipe de França; dela teriam morrido 40:000 soldados franceses.

Em 1296 peste de que morreria o infante D. Pedro de Aragão.

Em 1333 grande fome em Barcelona, que vitimaria 10:000 pessoas.

Em Portugal também não há noticia de terem grassado epidemias de peste autêntica antes de 1348 (4).

As crónicas narram o aparecimento de *pestes* que assolaram Portugal em 1188, 1202, 1310 e 1333. Não se encontra nelas, todavia, a sintomatologia suficientemente descrita, para que se possa dizer com segurança que a peste verdadeira algumas vezes apparecesse em Portugal

(1) Storia della Medicina in Italia pel cav. *Salvatore de Renzi*, T. 2.º 1845.

(2) Le Moyen Age médical, por *Edmond Dupouy* — Paris 1895.

(3) Historia bibliografica de la Medicina española, por *Morejon* — T. I, Madrid 1842.

(4) Memórias de epidemiologia portuguesa, por *Vieira de Mello* — Coimbra, 1866. — História da Medicina em Portugal, por *Maximiano Lemos* vol. I.

antes da epidemia do meado do século XIV. A mortandade de 1333 foi causada pela fome.

Como se vê, nenhum dos autores citados faz menção de qualquer epidemia de peste no sul da Europa, na época em que teria morrido S. Roque.

Se êle viveu realmente no princípio do século XIV, a sua poética lenda formar-se-ia talvez um pouco mais tarde que a data atribuída à sua morte (1327).

Deveria formar-se sob a impressão de pavor que em tôda a parte deixou a *Morte negra* do meado daquêlê século.

A *Morte negra* ou *Peste negra* foi a epidemia mais mortífera de que há memória.

Todos os autores que dela se ocupam traçam com as côres mais sombrias a narração dessa praga.

Entre os escritores contemporâneos que a ela se referem, devemos mencionar Bocácio, uma das maiores glórias literárias italianas e o célebre cirurgião Guy de Chauliac, professor da Universidade de Montpellier e médico do papa Clemente VI.

Chauliac descreve magistralmente as duas formas de peste: pulmonar e bubónica. A primeira caracterizada por febre contínua e escarros de sangue, que matava em três dias; e a bubónica, com febre contínua e apostemas e carbúnculos, principalmente nas axilas e nas virilhas. A primeira, sobretudo, era eminentemente contagiosa e mortífera. Faz-nos lembrar a epidemia de peste pulmonar, que há alguns anos surgiu no Hospital do Têrço, do Pôrto, atacando tôdas as pessoas que se aproximavam sem cuidado dos primeiros doentes, e vitimando todos os atacados, no número dos quais se conta o suídoso médico Agostinho de Faria.

Se não se procede a um rigoroso isolamento dos contagiados, segundo as praxes da moderna hygiene, teríamos uma reedição das tremendas pestes da Idade-Média.

Recordaremos também a epidemia de peste pulmonar que há poucos anos devastou a Manchúria.

Faz calafrios a descrição da *peste negra* do século XIV feita pelos escritores coevos.

O pai não visitava o filho, nem o filho o pai — diz Chauliac. A caridade era morta e a esperança abatida.

Os médicos de nada valiam, porque eram todos atacados e poucos escaparam. Os que conseguiram salvar-se fugiam em debandada. Não o fez o insigne Chauliac:

«Et moy, pour éuiter infamie, n'osay point m'absenter; mais auec continuelle peur, me préservay tant que je pûs». De nada lhe valeram as cautelas, porque o atacou a peste bubónica, tendo-o às portas da morte durante mês e meio.

Não pode averiguar-se ao certo qual foi a mortandade, porque os dados não condizem.

Segundo um autor que tenho presente, a peste, em quatro anos, a partir de 1347, faria 75 milhões de vítimas.

Em Florença morreriam 100:000 pessoas, em Londres outras 100:000, em Avignon 150:000, havendo também uma terrível mortandade em Portugal.

Não escapavam as famílias reais; por essa época morreram de peste Joana de Borgonha, mulher de Filipe VI, Joana II de Navarra, Afonso XI de Castela, etc.

Os que se salvavam fugiam espavoridos, agrupando-se em bandos, que eram atacados de vesánias colectivas, constituindo a seita dos flagelantes.

Atribuíram a doença aos judeus, que teriam envenenado as fontes, causando assim o contágio. Muitos des-

ses desgraçados foram queimados vivos para espiar a pretensa culpa.

A população de Portugal várias vezes foi devastada pela peste nos séculos xiv e xv.

Depois da peste geral de 1368, logo em 1384 a mesma doença atacava Lisboa, por ocasião em que a capital sofria o cêrco dos castelhanos (1).

Em 1414, quando se preparava a expedição a Ceuta, outra epidemia de peste, em que morreu a Rainha.

Houve nova epidemia em 1438 e outras ainda, muito mortíferas, em 1569, e em 1579, depois da derrota de Alcácer-Quibir.

A primeira destas últimas vitimava, só em Lisboa, 600 pessoas por dia. Essa peste, que dizimou o País no trágico reinado de D. Sebastião, matou mais de 60:000 pessoas em Lisboa.

Foi nessa era longínqua, quando a *Morte negra* levava o luto e o pavor a todos os lares, que o povo místico daquêles tempos, desalentado pela impotência dos meios terrenos contra o inevitável contágio, buscou um apoio sobrenatural, recorrendo cheio de fé ao Senhor S. Roque, advogado contra a peste, a fome e a guerra. . .

(1) João de Meira — *Arquivos de História da Medicina portuguesa*, 10-xii-1911.

II

A epidemia de 1918 (1)

ENCONTRANDO-ME ocasionalmente a passar as férias numa aldeia do Minho, tive ensejo de prestar serviços clínicos a um número elevado de pessoas que foram atacadas pela gripe. Possuindo como único meio de transporte um cavalo, como instrumentos clínicos somente um termómetro, um fonendoscópio e uma seringa de Pravaz, e tendo de visitar cada dia algumas dezenas de doentes, dispersos, em habitações quasi sempre insalubres, por uma região bastante acidentada e mal servida de caminhos, vi-me forçado a fazer pura clínica rural, nas mais precárias condições. (2).

(1) Artigo publicado pela primeira vez no «Portugal Médico» N.º 11 de 1918.

(2) O concelho de Famalicão foi dividido, por ocasião da epidemia, numa série de zonas sanitárias, a cada uma das quais correspondia um médico. Mas seis dos colegas, concentrados na sede

Ainda assim, algumas notas colhi, que, a-pesar de singelas, me parecem dever ficar registadas, para confronto com os trabalhos de colegas que, em melhores circunstâncias, puderam exercer a sua missão.

O lugar da minha residência era em S. Simão de Novais, freguesia do concelho de Vila Nova de Famalicão, distante 11 quilómetros da sede do concelho, 6 quilómetros de Santo Tirso e 18 quilómetros de Guimarães. Aquela freguesia fica na encosta sudoeste do monte de S. Miguel-o-Anjo. Na encosta voltada para o norte, encontra-se a freguesia de Ruivães e, na vertente sudeste da mesma graciosa montanha, estende-se Dêlães. Desde S. Simão e Dêlães até ao Rio Ave encontram-se as freguesias da Carreira, S. Fins e Bairro.

Foi nesta formosa região minhota ⁽³⁾ que, no comêço do outono, tratei algumas centenas de epidemiados.

A população destas terras ocupa-se em dois misteres: ou trabalha nos campos, na cultura dos cereais e da vinha, ou está empregada nas numerosas fábricas de fição e tecelagem de algodão que bordam as margens do rio Ave e do seu afluente Vizela. Os jornaleiros e os fabricantes constituem, por assim dizer, duas castas dis-

do concelho, não podiam atender às necessidades dalgumas longínquas aldeias. Foi então que, sem sugestões oficiais, me decidi a trabalhar na zona que compreendia as freguesias de Ruivães, S. Simão, Carreira, S. Fins, Bairro e Dêlães.

(3) A paisagem mostra ali belos aspectos. Citarei a encosta de Rebordões e o outeiro de S. Miguel das Aves, vistos de S. Fins e a freguesia de Ruivães, disposta em anfiteatro, com a igreja ao centro, observada do alto da Mata, ou de Numães. O cumo de S. Miguel-o-Anjo oferece também encantadoras vistas em tôdas as direcções.

tintas, quer pelo traje e pelos costumes, quer mesmo pelo aspecto físico. Enquanto que os trabalhadores do campo são, em regra, fortes e sádios, os operários das fábricas, sobretudo os do sexo feminino, são débeis e pálidos, e constituem terreno propício para devastações largas da clorose e da tuberculose pulmonar (1).

Se, pelo aspecto físico, o observador experimentado logo diz se um indivíduo desta região trabalha no campo ou anda na fábrica, melhor os distingue se lhes visitar as moradas. A casa dum jornaleiro (2), por pobre que seja, é sempre de pedra e possui ao menos uma cama, onde o doente, quando espera o médico, está envolvido em alvos lençóis de grosso linho, com ingénuos bordados e rendas.

Pelo contrário, o fabricante, conquanto ganhe melhor salário que o jornaleiro dos campos, revela na sua habitação o mais miserável desleixo. A-pesar da extraordi-

(1) Nas fábricas trabalham noite e dia dois turnos de operários, que se revezam. Nesta região há muitas centenas de mulheres e crianças que trabalham de noite.

(Posteriormente, com a legislação do Estado Novo, modificaram-se muito as condições da vida dos operários).

(2) Devo também citar as casas dos lavradores, sobretudo as que foram construídas nos fins do século XVIII e primeira metade do século XIX. Em geral bastante defeituosas com respeito à higiene, oferecem todavia aspectos característicos, com seus alpendres apoiados em elegantes colunas de granito ou, mais modestamente, em pilares de castanho já carcomidos pelos anos. Outros motivos ali se encontram, deveras semelhantes aos que veem sugeridos no livrinho de Raul Lino—«A nossa casa». Devo notar, porém, que, segundo reza a tradição, tais habitações, que nos costumamos a considerar como genuinamente portuguesas, seriam dirigidas na sua construção por mestres de obras galegos.

nária abundância de granito (1), o operário vive muitas vezes em ignóbeis barracas de madeira, onde o vento e a chuva (mas não a luz), entram livremente. Essas habitações aparecem de onde a onde por grupos, a que o povo dá pitorescamente os nomes de «Iha da Madeira» ou «Cidade de Pau» (2). Em algumas dessas barracas, onde chega a não haver cama, nem uma simples enxerga, encontrei doentes, aos dois e três, deitados em palha húmida e podre, e envolvidos em farrapos.

Como simplificação máxima do problema habitacional, citarei a *casa* da «Gaia» (3), uma rapariga abandonada, que vivia absolutamente só numa barraquita, onde o único aposento possuía como *mobiliário* apenas umas tábuas atravessadas, onde a pobre inquilina jazia doente (4).

(1) No onomástico local onde quer se encontram vocábulos que denunciam êsse facto. Citarei os lugares: «Pênas», «Penedo», «Penide», «Pena-vila», «Pena-cabrão».

(2) Hoje (1937) desapareceram já a maior parte das casas de madeira. A indústria desenvolveu-se extraordinariamente nos últimos vinte anos e por toda a parte se vêem fábricas, palacetes de industriais e pequenas casas de pedra e cal para operários.

(3) Nesta terra quasi toda a gente é conhecida por uma alcunha, e os legítimos apelidos são pouco usados. Os próprios médicos são conhecidos pelo nome do lugar em que habitam: «doutor de S. Tiago», «doutor dos Moínhos», «doutor da Feira», «doutor da Charneca».

(4) Em muitas choupanas era extrema a pobreza. Quantas vezes deixei de lavar as mãos por faltar sabão e até uma bacia ou mesmo um modesto alguidar! Pena e tinta era extremamente raro encontrarem-se. De maneira que tinha de escrever as receitas a lápis, nas costas duma imagem religiosa, num Sumário da Bula da Santa Cruzada, no verso duma carta do filho que está pr'á guerra...

*

O verão daquêlê ano foi extraordinariamente quente e sêco. Um termómetro que tenho no aposento mais fresco da casa que habito nas férias, marcou as mais altas temperaturas que, havia onze anos, se tinham registado. No dia 27 de Agôsto marcava 32,5 c.; mas, daí em diante, começou a descer, e, tam bruscamente, que, dois dias depois, estava já a 22° e, em meado de Setembro, não passava de 15°.

Reinava por essa época uma epidemia de coqueluche, que atacou um grande número de crianças. Quando a temperatura começou a baixar, a coqueluche complicou-se freqüentes vezes de bronco-pneumonia, vitimando bastantes doentes.

Também na mesma época, meado de Setembro, estalou com grande intensidade, nos operários das fábricas de Santo Tirso e de Riba de Ave a epidemia gripal, sendo rapidamente disseminada por êles.

Na segunda quinzena daquêlê mês tratei o meu primeiro caso, que, ao contrário da maior parte dos que vi em Outubro, começou insidiosamente com perturbações gastro-intestinais e temperatura muito variável. Alguns dias depois, uns escarros hemoptóicos chamaram a minha atenção para o estado pulmonar. Efectivamente instalara-se na base do pulmão direito uma bronco-pneumonia, que evolucionou lentamente, sem pontada, e com perturbações no ritmo cardíaco. Depois de apirético, ainda êsse meu primeiro doente, assim como muitos outros que depois tratei, conservou por largo tempo ferveres no seu pulmão.

Ao findar Setembro é que a epidemia deflagrou nesta região com tôda a intensidade e com séria gravidade. Das fábricas de Bairro, S. Fins, Dêlães e Sant'Ana partiu a moléstia, que tam depressa se difundiu. A tôda a hora lá aparecia um operário, que de repente cessava a sua labuta, tomado de frio, vencido por violentas dores de cabeça, a face congestionada, os membros inferiores atacados de caímbra e fadiga (1). Quási todos se referem da mesma maneira ao início da sua doença: « muito frio, dores de cabeça, dores nas pernas e no corpo todo ». Insistem sempre no arripio, como sinal da invasão da moléstia, a que davam o nome de « peste », ou « gapeira » (2). É, sem dúvida a *influenza di freddo* dos vélhos italianos. Depois vinham a tosse, as dores de garganta, a hipermia das conjuntivas, as freqüentes epistaxis e muitos outros sintomas e sinais, a que vou referir-me.

Mas antes de me ocupar da sintomatologia, desejo manifestar a minha opinião àcerca do modo de propagação da doença. Segundo me parece poder deduzir da minha observação, a gripe, ou, pelo menos, a doença

(1) A invasão era acompanhada de febre alta. Recordo-me duma mulher que se levantou de manhã bem disposta, para cozer pão. Durante êsse trabalho sentiu calefrios, dores de cabeça e quebreira nas pernas. Vi-a nessa ocasião: tinha a face muito congestionada e o pulso freqüente. Mandei-a deitar e verifiquei que a sua temperatura axilar era de 40°.

(2) Usa-se por ali um vocabulário regional, por vezes muito expressivo. Sabe-se quanto enriqueceu Camilo a sua linguagem, convivendo com o povo dêstes sítios, que emprega um grande número de têrmos não registados em dicionários. Alguns colhi eu que, a seu tempo, serão devidamente aproveitados.

epidémica que assolou a população daquela terra, é uma infecção que invade necessariamente o aparelho respiratório, não havendo razão para descrever três formas diversas, como fazem os clássicos. Não haverá, portanto, forma nervosa e forma abdominal: o que há são complicações ou fenómenos nervosos (para mim, os mais graves) e complicações ou sintomas gastro-intestinais, assim como há complicações renais, complicações cardíacas, duma doença que se instalou previamente no aparelho respiratório. A meu ver, o agente morbífico penetra no organismo pela bôca e fossas nasais, e, pelas secreções mucosas naso-faríngeas, se propaga de pessoa a pessoa. Um facto curioso notei quanto à disseminação da doença. Entre S. Simão e Ruivães há um estreito e pedregoso caminho ladeado de casas. Na primeira daquelas freguesias lavrava havia dias a epidemia, enquanto Ruivães estava indemne. Depois, pouco a pouco, as famílias que viviam nas casas do referido caminho iam sendo invadidas pela moléstia, que em seguida irradiou por tôda a freguesia de Ruivães. Na freguesia de S. Simão há uma aldeia chamada Saldanha, que ficou intacta durante muito tempo. Surge, porém, um caso fatal no extremo norte de Ruivães. Membros da família, residentes na Saldanha, vão de noite velar o cadáver; poucos dias depois, tôda a família estava contaminada, e a doença estendia-se pela aldeia até aí respeitada pelo contágio.

Outro facto quero notar a respeito da feição especial que a doença pode apresentar. Encontrei famílias em que ela, em todos ou quási todos os membros, era seguida de inevitáveis complicações pulmonares ou nervosas, extremamente graves, que terminavam quási sempre pela morte. Parece-me, pois, que pode existir uma predisposição familiar para as formas graves.

Desde 1 a 25 de Outubro tratei, com a possível assiduidade, 505 doentes, (1) que pertenciam às seguintes freguesias :

QUADRO I

Distribuição dos doentes por freguesias

Ruivães	94
S. Simão	59
Carreira	38
S. Fins	65
Bairro	55
Dêlães	168
S. Mateus	3
Bente	1
Riba d'Ave	1
Serzedelo	1
Areias	20
	<hr style="width: 10%; margin-left: auto; margin-right: 0;"/> 505

Nas seis primeiras fui eu quem fez, quasi exclusivamente, clinica naquêl periodo. Nas restantes, também amplamente castigadas pela epidemia, ou os doentes foram tratados por outros colegas, ou (Areias, do concelho de Santo Tirso) ficaram quasi completamente abandonados de socorros.

No quadro seguinte pode ver-se qual foi a incidencia da moléstia, por idades:

(1) Em fins de Outubro começou a epidemia rapidamente a declinar, registando-se, depois da minha saída, poucos casos novos.

QUADRO II

Morbilidade segundo as idades

0 — 10 anos	108
11 — 20 »	131
21 — 30 »	120
31 — 40 »	60
41 — 50 »	48
51 — 60 »	25
Mais de 60 anos	13
	505

Enquanto que nos vólhos a doença foi rara, tornou-se particularmente vulgar nos indivíduos com idades até aos 30 anos (71 % dos casos). Dos 30 anos por diante, a percentagem dos atacados era cada vez menor, a ponto de ser diminuta depois dos 60 anos.

A princípio pareceu-me que havia uma certa predisposição para o sexo feminino, mas depressa me convenci de que tal não sucedia, atendendo à maior percentagem de mulheres e ainda a que o número de homens está desfalcado com os militares ausentes na guerra ou nos quartéis e ainda com os indivíduos do sexo masculino que se encontravam em Inglaterra contratados para trabalhos nas florestas.

A letalidade pela influenza pode avaliar-se pelo quadro seguinte: (1)

(1) Muito agradeço aos rev.^{os} P. Carlos Lacerda, P. Correia Sampaio, Dr. Fonseca e Castro, Dr. Marques Pinto e sobretudo ao sr. Abade da Carreira a solicitude com que me forneceram os dados precisos para organizar esta estatística.

QUADRO III

Mortalidade por freguesias e por sexos

Freguesias	População			Óbitos em Outubro de 1917	Mortalidade em Outubro de 1918			Mortalidade em Outubro de 1918	
	Varões	Fêmeas	Total		Varões	Fêmeas	Total	Por gripe	Por outras doenças
Ruivães . . .	302	423	725	3	3	11	14	9	5
S. Simão . . .	113	116	229	2	5	2	7	7	0
Carreira . . .	247	314	561	0	3	3	6	5	1
S. Fins e Bairro	429	345	974	3	5	11	16	15	1
Dêlães. . . .	364	452	816	4	4	12	16	13	3
S. Mateus . . .	320	430	750	2	10	6	16	15	1
Areias	353	395	748	0	8	14	22	20	2

Vê-se que, naquêlê mês, numa população de 4:803 habitantes, 84 foram vitimados pela gripe ou suas complicações (17,6 ‰). Enquanto que, em Outubro de 1917, morreram naquelas freguesias 14 pessoas, no mesmo mês dêste ano faleceram 97, isto é, quasi sete vezes mais (1). Não pode calcular-se ao certo qual foi a

(1) A freguesia de Areias foi particularmente ferida pela mortalidade. Enquanto que nesta freguesia, só no mês de Outubro, foram vitimadas por gripe 20 pessoas (26,7 ‰ da população), no conjunto das outras freguesias morreram, em igual período, vitimados pela epidemia, 64 indivíduos (15,7 ‰ da população). Contudo Areias salienta-se pelas suas boas condições de higiene geral e habitacional, em confronto com Dêlães, por exemplo. As causas da excessiva letalidade naquela freguesia filiam-se, de certo, na quasi completa falta de assistência clínica e farmacêutica a que foi votada.

morbilidade, porque muitos doentes ficaram sem assistência médica, e alguns foram tratados por outros colegas. Mas, fazendo juízo pela pequena freguesia de S. Simão onde a minha assistência foi mais ampla, não será exagêro afirmar que cêrca de metade da população foi atingida pelo morbo.

A mortalidade feriu mais o sexo feminino (64 fêmeas e 33 varões); além das causas que aponte a propósito da morbilidade, há ainda a gravidez, que muito enegrecia o prognóstico.

No seguinte quadro, pode verificar-se qual foi a mortalidade, por idades:

QUADRO IV

Mortalidade segundo as idades

0 — 10 anos	30
11 — 20 »	10
21 — 30 »	17
31 — 40 »	18
41 — 50 »	2
51 — 60 »	3
Mais de 60 »	<u>2</u>
	84

Ao contrário do que sucedia em aldeias do concelho de Santo Tirso, os medicamentos, que formulava para os pobres do concelho de Famalicão, eram gratuitos, e, mediante receita minha, foram distribuidos, também gratuitamente, algumas dezenas de quilos de açúcar, fornecidos pela autoridade. As emprêsas fabris pagavam parte dos ordenados aos operários, e subscrições promovidas pelos párocos daquela região acudiram a muita miséria.

Infelizmente em Areias não aconteceu assim.

Confrontando os quadros II e IV, concluí-se que a doença, muito menos freqüente depois dos 40 anos, se torna, depois dessa idade, muito pouco mortífera (até aos 40 anos, 91,6% dos óbitos). Lembro-me de ter observado alguns bronco-pneumônicos de cêrca de 50 anos, com sintomas pulmonares e cardíacos alarmantes, que se curaram depressa, usando prudentemente dos tónicos do coração.

Não é fácil determinar a percentagem da mortalidade nos doentes pois que, muitos dêles, dos mais levemente atacados, não tiveram assistência médica. Nos meus 505 casos, pode ver-se a mortalidade no quadro V, que deve confrontar-se com o quadro I.

QUADRO V

Mortalidade nos meus doentes

Ruivães	6
S. Simão	4
Carreira	4
S. Fins }	12
Bairro }	
Dêlães	12
S. Mateus	1
Bente	0
Riba d'Ave	0
Serzedelo	1
Areias	2
	12

A percentagem dos óbitos nos doentes que eu vi foi, portanto, de 8,1%.

Não julgo possível estabelecer, nesta epidemia, uma diferença nítida entre a chamada gripe simples e a in-

fluenza pneumónica. Como disse, parece-me que o aparelho respiratório é sempre invadido pelo vírus infeccioso, podendo as localizações limitar-se à rino-faringe, ir até à laringe e traqueia, ou descer pelos brônquios até às suas mais finas ramificações. Não sei mesmo como possa, clinicamente, determinar-se com segurança onde acaba a bronquite e onde começa a bronco-pneumonia.

As formas graves eram muito comuns, sobretudo em habitações miseráveis como as que descrevi.

*

Vou agora referir-me à sintomatologia da moléstia, e ao tratamento que, de preferência, estatua, de acôrdo com as circunstâncias em que trabalhava.

A febre aparecia, em regra, bruscamente no início e conservava-se entre 38° — 40°, durante quatro a sete dias, em média, nos casos benignos. Se a infecção se propagava para baixo na árvore respiratória, a doença prolongava-se, agravando-se o prognóstico; nesse caso a temperatura seguia a marcha irregular que é habitual nas bronco-pneumonias. Vi contudo alguns casos, com sinais estetoscópicos bastante alarmantes, que evoluçionavam depressa para a cura.

Não era vulgar a temperatura descer em crise, mesmo nos casos benignos. Depois de apiréticos, os doentes voltavam muitas vezes a manifestar teimosamente uma elevação térmica maior ou menor, durante alguns dias.

A gripe, como disse, interessa sempre, mais ou menos, o aparelho respiratório e, conforme os casos, produz uma rino-faringite, com rubor da mucosa faríngea e

muito freqüentes epistaxis (1), rouquidão, dores de garganta, afonia, tosse rebelde, constante, sêca, na maior parte dos casos. Em outros dá origem a esputos mucosos, e, progredindo a doença, os escarros tornam-se muco-purulentos ou muco-hemorrágicos. Algumas vezes observei abundantes e persistentes broncorragias; nesses indivíduos, a auscultação podia dar somente ralas sonoras. A dispneia era freqüente e, por vezes, penosíssima e rebelde, com ortopneia. Os sinais estetoscópicos não estavam sempre de acordo com tam violenta falta de ar. Em toda a extensão dos pulmões se podiam encontrar focos de bronco-pneumonia, mas a doença tem uma especial predileção pelas bases dos pulmões, sobretudo do direito.

A cada passo apareciam casos com zonas pulmonares em que não se notavam sinais de murmúrio vesicular.

A maior parte dos doentes acusava dores finas e mudáveis pelo tórax, mas a verdadeira pontada não era vulgar. Os fervores da bronco-pneumonia mantinham-se com rara tenacidade, assim como a tosse. Pessoas convalescentes, e sem febre havia quinze dias, ainda tinham as bases crivadas de ralas.

O sistema nervoso é também afectado desde a primeira hora. Dores de cabeça, por vezes extrêmadamente violentas, abrem a cena, juntamente com quebra de forças, e dores errantes por todo o corpo, sobretudo nas regiões surais. A adinamia era geral, a insônia freqüente e vi alguns casos complicados de nevralgias faciais.

(1) Um dos meus doentes queixava-se de violentísimas dores nas fossas nasais.

A prostração extrêma e o delírio, quando apareciam, eram de grave prognóstico. O delírio apresentava formas diversas. Um doente, de braços estendidos e imóveis, os olhos fitos, sem pestanejar, gritava: « Minha mãe, fuja! — Está tudo a arder! — Não vê o fumo? »

Outro dirigia as maiores e mais obscenas injúrias a tôdas as pessoas que o rodeavam. Outro queria vestir-se e fugir, agredindo aquêles que tentavam frustrar-lhe o intento. Outro, alcoólico (1), no seu delírio só falava em vinho: diante de si uma pipa com a torneira aberta despejava vinho, os lençóis estavam encharcados de vinho, o travesseiro era um barril de vinho. Tudo abarrotava de vinho, menos êle doente, que se considerava um desgraçado, por ter um pai tam cruel que o deixava morrer sem lhe saciar os desejos. O delírio mantinha-se neste doente, mesmo quando apirético. Por fim morreu, assim como todos os outros citados, sem que os calmantes empregados produzissem qualquer efeito útil.

Não pude estudar convenientemente as complicações renais. Notei freqüentes vezes oligúria. É possível que algumas intensas dispneias ou certos casos de modorra não fôsem mais que sintomas urêmicos.

(1) O alcoolismo é vulgar naquela região, sendo muito numerosas as pessoas que abusam do vinho e da aguardente. Nesta quadra epidémica, exaggerou-se tal vício, por se supor que as bebidas alcoólicas afugentavam a doença. Tive uma doente que, a título profilático, ingeriu de uma só vez meia garrafa de vinho do Pôrto.

Outro doente, com uma bronco-pneumonia e febre elevada, segundo me asseguraram, levantou-se da cama, indo a uma taberna próxima beber meia canada de vinho novo. Ao chegar a casa, falecia.

A língua era sempre mais ou menos saburrosa, sobretudo na base. Nos casos graves, aparecia sêca e fuliginosa na parte média, com uma orla esbranquiçada e a ponta vermelha. Os vômitos não eram raros e vários doentes expeliam ascárides pela bôca. As dores no estômago e nos intestinos também não eram raras, assim como a prisão de ventre. Outras vezes, menos, havia diarreia. A anorexia era constante. Num caso, que foi fatal, vi uma complicação insólita: o doente, com febre alta, andava a pé, gemendo com dores violentíssimas na fossa ilíaca esquerda. Havia intensa defesa muscular, mas não se tratava de oclusão intestinal, pois que o doente defecava.

A taquicardia era de regra no comêço; mais tarde notavam-se, quási sempre, sinais de adinamia cardíaca, que a maior parte das vezes eram corrigidos pelos tónicos do coração.

A menstruação por vezes adiantava-se, dando frequentes menorragias. Nas mulheres grávidas, o perigo redobrava: quando a gravidez estava nos últimos meses, deu-se, quási sempre, o parto prematuro, seguido de morte, para a mãe e para o feto.

Com a congestão inicial da face, dava-se também a hiperemia das conjuntivas. Não eram raras as otalgias e por duas vezes observei casos de surdez passageira, provocada pela gripe; um deles foi muito acentuado. Como complicação cutânea, vi casos de herpes labial e dois de erisipela da face. Um dêles generalizou-se em erisipela ambulatória muito tenaz, que provocou a queda do cabelo em massa. Conheço outros casos de alopecia post-gripal menos acentuada.

Pareceram-me de bom agouro as epistaxis e a diaforese, que eram vulgaríssimas; pelo contrário, agravavam

o prognóstico, além da falta de higiene, os grandes sintomas nervosos (delírio ou prostração intensos) e a gravidez, bem como a tuberculose e o alcoolismo.

A convalescença era, em geral, demorada, mantendo-se uma tosse persistente, astenia muscular, e às vezes anorexia. As recaídas eram freqüentes (1).

Quanto a tratamento, dadas as condições em que trabalhava, é claro que não pude usar as grandes injeções de soros, a punção lombar, a sangria, a balneação ou os abscessos de fixação. Infelizmente não pude também empregar, com a latitude que desejava, os metais coloidais, cujos efeitos tão bem me impressionaram algumas vezes.

Como estimulante, no início, empregava o álcool, o éter e o acetato de amônio e fiz largo uso dos purgativos salinos (sulfato de sódio) e dos revulsivos (mostarda, tintura de iodo). Para prevenir ou combater a astenia cardíaca, usei, com excelentes resultados, a cafeína, a estricnina e a esparteína. Como antitérmicos prescrevia

(1) Um ou dois anos depois da epidemia, observei vários dos meus doentes, que tinham contraído a tuberculose pulmonar.

A doutrina corrente é hoje a seguinte: a gripe existe sempre, no estado endêmico, sobretudo no inverno. De vez em quando, estala uma grande epidemia, como sucedeu em 1889-90 e em 1918. O ataque da doença confere a imunidade por algum tempo. Em 1889, os velhos que foram atacados morreram e os novos ficaram imunes.

Em 1918, os que escaparam em 1889 estavam ainda imunizados e, por isso, não morreram.

A grande mortalidade na última epidemia foi em pessoas novas, que ainda não eram nascidas em 1889 e que tinham, por isso, grande receptividade para a doença.

A gripe afecta formas muito diversas e a sua etiologia é ainda muito obscura. (*Collet* — Pathologie interne).

a quinina e a antipirina, como calmantes usei o brometo e o cloral e, contra a tosse, empreguei o benzoato de sódio, a terpina e a codeína.

Como medidas profiláticas, aconselhava as práticas de higiene geral, o uso de pitadas de mentol e de gargarejos e bochechos timolados.

*

Serão decabidas, nesta singela «conta clínica», quaisquer considerações sobre a natureza da doença. Ainda assim, devo declarar que me parece não dever aceitar-se, enquanto não vier uma segura demonstração laboratorial, a identificação entre esta «gripe», extremamente difusível e tam mortífera, e as vulgaríssimas «gripes», que todos os anos aparecem esporadicamente pela primavera e pelo outono.

Também não julgo suficientemente provado que, entre a actual influenza pneumónica, e a levíssima e fugaz «espanhola» que invadiu o Pôrto no mês de Junho, haja uma identidade perfeita (1).

(1) A natureza da gripe estava longe de ser uma questão arrumada. Na «Lancet» de Nov. 23, 1918, num artigo intitulado *Introductory Remarks on epidemic catarrhs and influenza*, Sir Arthur Newsholme pergunta, como eu: «The first difficulty is to define influenza. Is it one disease, or a group of diseases? And is the disease now prevailing the disease which prevailed in the spring, and still more in July, of this year?».

Experiências recentes demonstraram que a gripe vulgar é devida a um vírus invisível ao ultramicroscópio e que atravessa as velas dos filtros. A doença propaga-se pelas fossas nasais e as grandes complicações epidémicas são devidas a associações microbianas.

E ao terminar êste relato, seja-me permitido agradecer, em nome dos doentes, àquêles que, tam generosamente, colaboraram na minha voluntária missão: o senhor Joaquim Veloso, farmacêutico em Dêlães, a cuja solicitude e competência técnica presto homenagem, e os reverendos párocos, que sempre me acompanharam, com uma abnegação digna de registo. Nas terras do Minho — justo é confessá-lo — o padre é ainda, quási sempre, o bom conselheiro e o amigo certo e desinteressado dos humildes.

Cirurgia veterinária rural: A castração da porca (1)

O Manuel foi buscar a bécora à corte. Agarrou-a pelas patas traseiras, e ela, guinchando sempre, caminhava, mudando alternadamente as mãos.

Ao chegar ao eirado, adianta-se o capador, homem de estatura elevada, espadaúdo, face angulosa, «nariz alto no meio e não pequeno», como o de Bocage, fartos bigodes castanho-escuros, pendentes, chapéu de abas largas derrubado sobre a frente. Aproximando-se do animal, pôs-lhe um pé no pescoço, um pé enorme, calçado de grossa bota. A porca ficou assim totalmente imobilizada contra o solo: a parte anterior do corpo submetida pelo pé direito do capador e as patas traseiras sempre seguras pelo Manuel.

Então o operador tirou do bôlso das calças uma saca de coiro, donde extraiu uma lanceta de gume semi-circu-

(1) *Portugal Médico*, 1922.

lar. Debruçou-se, fez com a lanceta uma cruz sôbre o campo operatório, rapou-lhe as sêdas com o mesmo instrumento e, rãpidamente, fez-lhe no flanco esquerdo uma incisão de cêrca de três centímetros de comprido. Enquanto a porquita cochitava, cochitava sempre, o mestre capador introduziu o dedo indicador direito na ferida, tirando logo para fora um dos ovários; tornou a meter o dedo, e exteriorizou o outro através da mesma bo-toeira. Imediatamente, a sua mulher, que lhe servia de ajudante, dobrou uma linha branca, laqueando o pedículo do primeiro ovário, com um duplo laço. O operador cortou logo o ovário e o fio, repuxando depois a segunda glândula, que foi, do mesmo modo, laqueada e cortada.

Uma rápida costura superficial terminou a operação. Por fim, o capador atravessou de lado a lado a cauda do animal, junto da raiz, com a lanceta, amarrando uma fita no sítio da punção.

O Manuel atirou um alguidar de água sôbre a ilharga do animal, que foi deixado em liberdade, sem outros cuidados.

Vi as peças extraídas na operação. Cada uma delas continha o ovário, a parte externa do oviducto e um retalho de ligamento largo. Numerosos folículos de Graaf tufavam à superfície daquelas glândulas, prometendo larga descendência à pobre bicha.

O capador sabia perfeitamente que as peças retiradas estavam anexas aos longos cornos uterinos, a que chamou as duas madres.

— «Para que lhe furou o rabo», perguntei eu?
— «Foi uma sangria, por causa *do* febre. Sempre é bom . . .».

A operação levou ao todo três escassos minutos. Duas coisas são para notar: a incontestável perícia ci-

rúrgica do capador e a admirável resistência do peritônio da porca. Apesar de não se empregarem nem as mais rudimentares precauções assépticas, dizem-me que é raro dar-se uma infecção, e que muito mais raro é uma porca morrer da capadura.

É pouco levaz o veterinário amador: antigamente recebia doze vintens por uma dupla ovariectomia; mas hoje, com a carestia da vida, paga-se mais caro: leva quinze tostões (1).

(1) *Brito Camacho* (Quadros Alentejanos, 1925) descreveu, de modo bastante semelhante, a técnica da castração das porcas no Alentejo.

O Cirurgião da Charneca (1)

QUANDO eu era estudante, meu Avô materno muitas vezes me falava do Cirurgião da Charneca, clínico rural que morrera com perto de cem anos e que fôra muito estimado pelo povo da sua terra, onde adquirira fama de homem recto e de profissional competente. O meu Bisavô, cirurgião como êle, tinha-o em grande estima e apreciava deveras as suas qualidades de colega douto e leal.

Por coincidência, há quinze anos (1922) que costumo vir passar as minhas férias grandes à Casa da Charneca, que foi edificada sôbre as ruínas da vélha morada do cirurgião. Estas notas são escritas no mesmo lugar onde êle formulou milhares de receitas.

A Charneca é hoje uma vinha, situada no sopé do Monte de S. Miguel-o-Anjo, na minúscula freguesia de

(1) Conferência pronunciada na Associação Médica Lusitana em 9-xi-922 (*Arq. de História da Medicina Portuguesa*, 1922).

S. Simão de Novais, hoje pertencente ao concelho de Vila Nova de Famalicão. No tempo do cirurgião, era a Charneca um terreno acidentado e pedregoso, muito fértil, intensamente arborizado, e alagado de água no inverno. Nesta região do Minho a palavra *charneca* não tem a significação que habitualmente se lhe dá: o povo desta terra denomina charneca um terreno alagadiço e coberto de árvores e arbustos.

Fica S. Simão de Novais no centro dum triângulo escaleno, cujos vértices correspondem a Santo Tirso, Famalicão e Guimarães.

Não longe da margem direita do Ave, do Caminho de Ferro de Guimarães e do opulento foco industrial que há anos se desenvolveu ao longo daquêlê rio, S. Simão era, no tempo do Charneca, uma aldeia modestíssima de lavradores, com os quais êle vivia uma vida simples.

António José da Costa nasceu na Casa da Agrinha, lugar de Paredes, freguesia de S. Tiago da Carreira, no ano de 1781. Ficando órfão de pai com tenra idade, o seu padrinho, que era padre, conseguiu interná-lo no Colégio dos Órfãos em Braga. Teria António da Costa uns nove anos quando deu entrada no grande colégio que o arcebispo D. Fr. Caitano Brandão acabava de fundar.

Pela correspondência trocada entre aquêlê prelado e o seu amigo Dr. António Caitano do Amaral, inquisidor da Inquisição de Lisboa, pode ver-se a origem do Colégio dos Órfãos de S. Caitano (1). A 11 de Novembro

(1) Ao Rev. P. Barreiros, ilustre arqueólogo bracarense, devo a cópia de alguns extractos da correspondência manuscrita de D. Fr. Caitano Brandão. Aqui lhe reitero os meus agradecimentos.

de 1790 ⁽¹⁾ dizia o Arcebispo que trabalhava na organização de um seminário para educação de órfãos e expostos e a 2 de Dezembro do mesmo ano já participava que, por aquêles dias, entrariam 16 órfãos na sua nova casa de educação. No ano seguinte anunciava o digno sucessor de Bartolomeu dos Mártires que ia empreender a construção de um edifício, que seria uma casa grande, que poderia albergar mais de 200 meninos.

Em 20 de Outubro de 1796 dizia o grande arcebispo ao seu amigo lisbonense: « Os meus órfãos vão-se dispondo para os desígnios, que a Providência dá mostras que os quer: muitos aprendem ofícios com mestres escolhidos . . . »

Perto de quarenta freqüentam a gramática latina, uns poucos geometria e álgebra, três retórica e outros tantos filosofia; número total chega lá para cento e vinte, e

Parte daquela correspondência encontra-se transcrita nas *Memórias para a história da vida do venerável Arcebispo de Braga D. Fr. Caetano Brandão*. Tômoo II — segunda edição, Braga 1868 — Capitulo LVI, p. 362; Cap. LX, p. 386, Cap. LXV, p. 415; Cap. LXXV, p. 499.

A *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal*, de José Silvestre Ribeiro (Vol. IV — Lisboa 1874) também se refere, sumariamente, à Aula de Cirurgia fundada pelo grande prelado bracarense.

(1) Por morte do arcebispo de Braga D. Gaspar, filho bastardo do Rei D. João V, foi nomeado seu sucessor o bispo do Grão-Pará D. Caitano Brandão, que entrou solenemente em Braga a 17 de Setembro de 1790. Para se ver o zêlo do grande prelado, basta notar que, pensando na fundação do seu seminário para órfãos, pouco mais de dois meses depois que tomou posse da sua diocese já ali davam entrada os primeiros alunos. D. Caitano Brandão faleceu a 15-XII-1805. (V. *Série cronológica dos prelados conhecidos da Igreja de Braga*, Coimbra, 1830).

vai crescendo sempre. Lembro-me que não será mau procurar-se a entrada ao menos de dois no Hospital dessa Côrte, para ajudantes de cirurgia . . . »

Não sei se o bom do Arcebispo chegou a mandar alunos do seu Seminário dos Órfãos cursar cirurgia a Lisboa. O que é verdade é que, em Outubro de 1798, criou uma aula de cirurgia em Braga. O curso seria feito em cinco anos e, para regular o funcionamento dêle, mandou vir livros necessários, instrumentos e *um bom esqueleto*.

Em 21 de Fevereiro de 1799 escrevia D. Fr. Caitano Brandão a respeito da sua Aula de Cirurgia: « Acho um lindo médico, que tendo feito os seus actos na Universidade com geral aprovação, com a mesma principia a exercitar aqui as funções da sua Arte; consigno-lhe ordenado de cem mil réis; e entra a ensinar doze meninos do Seminário, além de outros de fora, e diz êle que os rapazes dão as mais belas esperanças . . . e por isso experimentam os povos tam grande falta de quem os cure conforme as regras; pois de ordinário só acham sarrafaçais ignorantíssimos ».

Poucas notícias consegui àcêrca da Escola bracarense de Cirurgia, que deveria ter funcionado durante poucos anos; António José da Costa foi dos primeiros alunos que freqüentaram essa escola.

Quem seria o *lindo médico* que exerceu o magistério da nossa profissão em Braga? Possuo um livro manuscrito que tem o seguinte título: « Tractado de Materia Medica por M.^r Cullen, e resumido a hum breve Compendio pelo Dr. Jozé Carlos da Silva Pacheco. Agora manuscripto pelo seu discipulo Antonio José da Costa. — Braga. Ano de 1800 ».

Foi certamente Silva Pacheco o professor escolhido por D. Fr. Caitano Brandão para o seu curso de cirurgia. Êste curso era acompanhado de demonstrações práticas no Hospital de S. Marcos, como se depreende da correspondência donde respigo estas notas.

O arcebispo tentou várias vezes dar um cunho official à sua Escola de Cirurgia; submeteu à aprovação régia um Plano de estudos, mas parece que êsse regulamento não chegou a ser aprovado superiormente.

Na mesma correspondência trata-se da compra de « livros facultativos, instrumentos e mais coisas necessárias para as operações anatómicas que já costumam fazer no Hospital ». Insistindo no pedido de aprovação do seu Plano de estudos, não se esquece de se referir com louvor às vantagens que o público tirará com o aperfeiçoamento do ensino cirúrgico e diz, que dessas vantagens ja iam « aparecendo bons sinais no progresso notável que mostram os meninos aprendizes, frequentando os cursos do Hospital ».

Em 1802 o Arcebispo informava para Lisboa o núncio Calepi que tinha sofrido muitos desgostos, com o risco de ver malograda a sua obra benemérita. Mas, como recompensa a essa amargura, se alegrava por ver os frutos que em muitos ia produzindo cada dia a educação do Seminário que fundara. « Aí acabam, diz, de sair dêle dez alunos com as suas cartas de cirurgia, em que fizeram avultado progresso, segundo o testemunho dos professores; e vão substituir a tantos outros de que abunda a Província, que, por falta de princípios, não servem talvez senão para matar gente ».

A carta de António José da Costa (*documento n.º 1*) foi passada em Lisboa em 19 de Fevereiro de 1803; é por isso de crer que o futuro Cirurgião da Charneca,

se não foi dos primeiros dez alunos que, em 1802, saíram do Seminário com as suas cartas de cirurgia, naquela ocasião já teria feito ou estaria para fazer os seus exames, que se realizaram depois de ter aprendido e praticado no Hospital Real de S. João Marcos da cidade de Braga a arte de cirurgia, anatomia, operações, ligaduras e partos. O exame foi feito na presença do Doutor António José Lopes.

Foram examinadores Manuel José Pereira e António de Oliveira, que o aprovaram *nemine-discrepante*. Eis os pontos sôbre que versou o exame, os quais foram tirados à sorte: *Cirurgia* — 1.º) Como se abrem os abscessos, e que preceitos prescreve a cirurgia relativamente às diferentes partes do corpo; 2.º) Como se realiza a paracentese; *Partos* — Como se remedeia o parto quando há prolapso da vagina e do útero.

Logo que obteve a carta régia que o autorizava a exercer a arte de curar de cirurgia, António José da Costa voltou à sua terra, onde logo começou a fazer clínica. Foi habitar a casa da Capela (1), na sua freguesia natal, e a 25 de Abril de 1803 prestou juramento na freguesia de Castelões, perante o Desembargador-corregedor da comarca de Barcelos, Dr. José Nepumoceno Pereira da Fonseca. O termo do juramento foi la-

(1) Junto dessa casa, que pertenceu aos antepassados do escritor Alberto Pimentel, existia uma capela, hoje quasi demolida, à qual deve o nome.

Perto dali deu-se, há meio século, um episódio altamente dramático, que a voz do povo ainda hoje conta com emoção: um padre que saía de casa certa madrugada, para dizer missa, foi assassinado a tiro, por mandado dum sobrinho, que tinha pressa de lhe herdar a fortuna. O facto foi comemorado por uma humilde cruz, há muito derrubada.

vrado pelo escrivão de correição e chanceler proprietário José Cardoso de Faria de Soto-maior. A carta foi registada na chancelaria-mor da Côrte a 1 de Março de 1803 e visada em Dêlâis em 12 de Outubro de 1805 e em Braga em 16 de Junho de 1839.

Nos primeiros anos da sua vida clínica morou na Carreira, mas, em 24 de Julho de 1815, tendo comprado na freguesia limítrofe de S. Simão, por 700 mil réis, a propriedade da Charneca, para lá transferiu a sua habitação. Como ainda hoje sucede nesta região minhota, os médicos são conhecidos, não pelo seu nome ou apelido, mas pelo lugar que habitam. António José da Costa passou pois a ser o « Cirurgião da Charneca ».

Devia ser relativamente vasta a cultura do jôvem facultativo, que possuía uma livraria bastante rica para um cirurgião de aldeia. Tinha livros, todos com sinais de terem sido largamente manuseados e alguns anotados pelo punho do seu dono, redigidos em português, francês, latim e inglês. Quási todos os volumes tratavam de assuntos médicos, mas havia também gramáticas e dicionários daquelas línguas e algumas obras de literatura e filosofia. Por morte do cirurgião, a sua biblioteca foi dispersa, sendo os livros distribuídos pelos herdeiros. Depois de várias diligências, consegui ver algumas dezenas de obras que pertenceram ao Charneca. A maior parte delas encontram-se hoje no Pôrto, assim como a sua carta de *examina*, e um volumoso manuscrito em que êle anotava as consultas que dava, as visitas que fazia, diagnósticos, tratamentos, contas, etc. Outros livros que foram do Charneca encontram-se em várias casas desta região.

Para se fazer idea da sua educação médica, vou citar alguns dos livros, que lhe foram sempre fiéis com-

panheiros durante a sua longa vida de celibatário filósofo.

- Plenck — Mercúrio nas doenças venereas, trad. de M. J. H. Paiva.
- Van Switen — Enfermidades dos exercitos, trad. de Vidigal.
- Instruções e cautelas praticas sôbre as aguas minerais.
- Cullen — Elementos de medicina prática, trad. J. M. Chaves.
- Agostinho Albano — Codigo Pharmaceutico.
- H. X. Baeta — Febre epidemica contagiosa que grassou em Lisboa em 1810-1811.
- Anatomia de Verheyen.
- Buchan — Medicina domestica, trad. de Padrell.
- Costa Paiva — Aforismos de Medicina e Cirurgia práticas.
- Pharmacopeia geral para o Reino, e Dominios de Portugal.
- Annaes do Conselho de Saude Publica do Reino.
- Sharp — Tratado das operações de cirurgia, trad. de J. C. S.
- Dictionnaire portatif de Santé.
- Stoll — Prœlectiones in diversos morbos chronicos.
- Plenck — Elements de l'art des accouchements.
- Nysten — Dictionnaire de Médecine.
- António de Almeida — Medicina operatória.

Vários livros do Charneca foram comprados, quasi todos em segunda mão, tempos depois de êle ter feito o seu exame de cirurgia. Tinha, por exemplo, um Nysten impresso em 1834, o qual lhe custara 2.160 réis. Vê-se que não se contentava com o que aprendeu no Colégio dos Órfãos e no Hospital de S. Marcos. Pela vida fora manuseava freqüentes vezes os seus livros e, pelo menos até ao meado do século passado, ia adquirindo, de vez em quando, uma ou outra espécie bibliográfica, na

qual inscrevia cuidadosamente a sua assinatura, com o título de licenciado, bem como o preço da compra (1).

Quando tratava algum doente em estado grave, tinha insónia e refugiava-se em casa, procurando em longas leituras esclarecer as dúvidas que lhe apresentavam os casos difíceis.

Tal era a cultura do cirurgião. Vejamos agora em que meio êle exerceu a sua arte, que pessoas e doenças tratou, que meios terapêuticos usava.

A clínica do Charneca irradiava em volta de S. Simão, por uma área bastante larga, em territórios que pertencem hoje aos concelhos de Famalicão, Santo Tirso e Guimarães, que êle percorria a cavalo.

Segundo o manuscrito a que me referi, o campo onde êle estendia a sua actividade era um círculo de 10 quilómetros de raio, que compreende as 40 freguesias seguintes :

S. Simão de Novais, Carreira, Dêlais, Ruivães, Bente, Bairro, S. Fins, Riba de Ave, S. Miguel das Aves, Romão, Rebordões, Landim, Santa Marinha, S. Mateus, Santa Maria de Oliveira, Castelões, S. Paio de Seide, Vermoim, S. Miguel de Seide, Sequeirô, Santa Maria de Abade, Areias, Pedome, Serzedelo, Mogege, Guardizela, Pousada de Saramagos, Burgães, S. Martinho do Vale, Aví-dos, Lagoa, Requião, Lama, S. Tomé de Negrelos, Lordelo, Cabe-cudos, Famalicão, Santo Tirso, Sobrado e Joane.

Entre os seus clientes citarei Bernardo José da Fonseca e Castro, capitão de milícias, pai do Dr. Bernardo Fonseca, clínico na freguesia de Castelões; D. Balbina

(1) Na guarda de um dos seus livros, escreveu êle: «Perte (sic) ao Licenciado António José da Costa da Freg.^a de S. Simão de Novaes Termo da V.^a de Barcellos e Julgado de Vermoim».

e Fr. Luiz do Paço (de Ruivães), que estavam avençados por oito razas de milho por ano; o vigário Francisco Manuel da Afonseca, do Mosteiro de Oliveira, avençado por 16 razas; Rosa da Pica (Dêlâis), avençada por 4 razas; D. Mariana Tereza da Conceição, de Oliveira, por 6 razas. Tratou durante muitos anos, duma sífilis maligna, que o cegou também, um irmão do *Cego de Landim* da novela de Camilo. Chamava-se Firmino, e morava na freguesia de Ruivães, onde deixou viva tradição. Conheci e tratei na casa da Corredoura de Baixo (S. Simão) um casal de vêlhos que tinham sido clientes do Charneca: o marido tratou-se com êle, durante largos anos, duma cárie dos ossos de um dos pés. Quando, há pouco tempo, morreu, ainda claudicava e tinha uma fistula nesse pé. Um dos seus filhos foi casado com uma filha da senhora celebrizada por Camilo com o título de « Brasileira de Prazins ».

Também prestou serviços clínicos no Colégio de Landim, onde, sob a direcção de Luiz Correia, foram educados alunos pertencentes a muitas das mais illustres famílias de Entre-Douro-e-Minho. A maior parte das pessoas que êle tratou ainda hoje têm descendentes, e é curioso notar que as alcunhas apontadas pelo cirurgião ainda subsistem, um século depois, atribuídas a pessoas das mesmas famílias.

Eis algumas das doenças e outros estados mórbidos que êle teve de tratar. A lista refere-se principalmente ao tempo compreendido desde 1846 a 1863.

Febres intermitentes, gripe (1829, 1837), erisipela, fracturas, histeria, edemacia, piroxia atáxica e adinâmica (1838), esquinência, piroxias eruptivas, torsões do pé, úlceras, cárie, nevralgia, reumatismo, sífilis, peripneumonia, pleuriz, gastrodinia, epilepsia, cólicas,

defluxo, amenorreia, enterite, pleurodinia, sarampo, bexigas, otalgia, gástrica, inflamação do testículo, gastro-enterites, contusões, catarros, parúlidas, ascite, febre esputo-sanguínea, abórtos, menorragias, hidrocele, abscessos, blenorreia, histeritis, coreia, pneumatose, oftalmia, escarlatina, glossite, scirro, clorose, hemorroidas, vomiturição de gestação, hidrotorax, biliosa, phtisis, cistite, pulmonia, furúnculo, hepatalgia, acrimónia humoral, carbúnculo na nuca, anasarca, odontalgia, fogage, demência, feridas, gástrica triphoides, pneumogástrica tifoidea, icterícia, cardialgia, caquexia, epistaxis, melena, abcesso lagrimal, erupção que chamam fígado, hipocondria nervosa, vessania, timpanite nefrítica, vertigens, catarro petequial, tumor atheroma do peito, toque nervoso, mastite, cancros, estado colérico ou histérico, a verdadeira cólera sêca depois diarreia e icterícia, marasmo, síncope, exantema urticário, hematemeses, dispneia asmática, enfisema, tétano, febre puerperal, alienação, panarício, hérnias, héctica, mucosa petequial, enuresis, torpência, estado comatoso, peritonite, cólera morbo (Romão 1847), inflamação mastoideia, herpes, coqueluche, elefantíase, hemicrânea, amaurose, epúlida, disuria, exantema petequial, escrófulas.

É deveras curioso o quadro nosológico traçado pelo Charneca, há cêrca de um século. Se muitas das doenças que êle tratou são ainda hoje vulgares nesta terra, é certo que algumas delas são actualmente raras ou desapareceram completamente desta região. O vêlho clínico, se hoje vivesse, muito estranharia a alarmante difusão da clorose e da tuberculose pulmonar, tam raras no seu tempo, e que hoje infestam com tam grande pertinácia as operárias das fábricas de tecidos!

Devia o sezonismo, nas suas diversas modalidades, ser aqui muito freqüente. António José da Costa cita no seu rol muitos casos de febres intermitentes, não só com essa rubrica, como ainda sob as designações de terças, quartãs, biliosas, sezões, remitentes.

Parece-me que o sezonismo não existe hoje nesta região (1), a não ser em algum militar chegado das colónias, ou em emigrantes do Brasil. A erisipela, se o Charneca a diagnosticava bem, devia ser mais freqüente no seu tempo do que hoje, e o mesmo sucederia à es-carlatina, que a cada passo se encontra na sua lista. Uma vez vejo citada uma erupção «a que chamam figado». Seria algum caso de pelagra? Aparecem hoje alguns exemplares dessa moléstia, a que o povo chama efectivamente figado ou figadal. Vêem-se no manuscrito referências a catarros e febres petequiais; seria o tifo exantemático? Também é citado um caso de cólera morbo (2), que se teria dado em 1847.

Como trataria o vêlho Charneca os seus doentes? Naquêl tempo havia boticas em Dêlâis, em Ruivâis e em Landim. Além de utilizar os serviços farmacêuticos, empregava plantas medicinais que cultivava na sua horta e mel das suas colmeias.

Exercia a pequena cirurgia reduzindo luxações e fraturas, puncionando hidroceles, vacinando contra a varíola, seccionando o freio da língua nas crianças travadas,

(1) Já o Prof. Maximiano Lemos (História da Medicina em Portugal — II, p. 335), referindo-se à grande profusão de notí-cias clínicas, que encontrou sôbre as sezões, em princípios do sé-culo passado, diz que, ou se cometiam muitos erros de diagnóstico, ou o sezonismo tinha então, no nosso País, uma área de difusão muito maior do que hoje.

(2) O Prof. João de Meira (A cólera no Pôrto, in *Gazeta dos Hospitais do Pôrto*, 1911, p. 22) estudou a epidemia de cólera que grassou em 1833, durante o Cêrco do Pôrto, e refere-se às epide-mias portuguesas de 1853, 1854, 1855-1856 e 1865. Só a de 1833 e as duas últimas visitariam esta cidade. Não tenho conhecimento de qualquer epidemia em 1847. Haveria durante alguns anos após a guerra civil casos esporádicos no Norte do País?

aplicando sanguessugas, praticando sangrias e sondagens vesicais, abrindo fontículos, fazendo pensos, extraíndo dentes, reduzindo prolapsos rectais e uterinos, abrindo abcessos, aplicando e curando cáusticos.

Nas consultas em casa, ou nas visitas domiciliárias, freqüentes vezes dava *conselhos ou direcções para o mar, ou para as caldas*. Praticava exames de sanidade, via doentes em conferência com outros colegas, passava certidões e redigia relatórios clínicos a que chamava *informações*.

Os honorários eram modestos. Vejamos o preçário dos seus serviços, para os clientes que não estavam avançados :

Consulta em casa, 60 réis; visita próximo da sua habitação, 120 réis; visita em Riba de Ave, 140; idem em Rebordões, 240; idem em Serzedelo, 300; extracção de um dente, 100; curativo de fontículo, vacinação, redução de prolapso do recto, abertura de abcesso, 120; sangria, 140; conselho para o mar, redução de luxação do húmero, 160; punção de hidrocele, certidão, 240; redução de fractura do húmero, 460. O serviço mais caro que êle fez foi uma conferência e exame de sanidade dos alunos do Colégio de Landim, pelos quais levou 480 réis, em 26-7-1850.

Como se vê, era pouco *levaz* o Charneca.

Muitas vezes os clientes deixavam de saldar as suas contas com o cirurgião, facto que êle anotava com mal disfarçado azedume. Prestava gratuitamente os seus serviços clínicos, ou reduzia os seus honorários aos lavradores das vizinhanças que o presenteavam, ou aos trabalhadores que o serviam de graça.

O cirurgião era um homem simpático, de estatura regular, pouco nutrido, de temperamento sanguíneo.

A simplicidade com que vivia agradava ao povo rústico, com quem lidava na melhor harmonia.

Mas, uma vez, perturbaram-se as suas boas relações com a vizinhança. Um dia abriu êle uma mina e, à medida que a água nascia aos borbotões, a fonte da Saldanha, que fica no caminho que ladeia a Charneca, começou a secar. O povo, vendo perder-se a sua excelente fonte pública, amotinou-se, entrou pela casa do clínico e, convidando-o a sentar-se numa cadeira, entupiu, na sua presença, o poço malfazejo.

Várias anedotas se contam ainda hoje, cuja veracidade não é possível averiguar. Segundo reza a tradição, uma vizinha do Charneca costumava furtar-lhe lenha. Um belo dia o cirurgião foi ao frascal e abriu, na lenha que lá tinha, uns furos, que encheu de pólvora. Na noite seguinte, quem passasse à porta da infiel vizinha, ouvi-la-ia, muito assustada, bradar: — «Jesus! Santo Nome! Cruzes! A lenha tem diabo! . . .» — Efectivamente, enquanto ardia no lar, fazendo a ceia da mulherzinha, a lenha do cirurgião, de vez em quando explodia, levantando desordenadas labaredas.

O manuscrito a que me referi, onde se encontra resumida a Matéria médica de Cullen, tem nas guardas várias receitas. Duas delas são de pólvora, dizendo uma — «Não presta», e a outra — «Esta he boa». Foi certamente com a segunda fórmula que êle meteu o susto à vizinha comunista . . .

O cirurgião da Charneca tinha um excelente pomar. O rapazio da aldeia assaltava-lho a miúde, o que deveras o irritava. O bom do clínico imaginou logo, segundo a tradição, vários processos para defender as suas ricas fruteiras. Espetava-lhes pregos, aguçando a parte que ficava fora dos troncos. Ao retirarem-se apressadamente

de cima das árvores, os rapazes, quando não levavam alguma arranhadura pela pele, ao menos ficariam com as calças rôtas. Mas o Charneca utilizaria, segundo a lenda, castigos mais expeditos e mais em harmonia com a cultura dum verdadeiro filho de Esculápio. Na página 233 do seu Cullen, aprendeu o Charneca: « Catharticos, ou purgantes em geral. Chamam-se catharticos os medicamentos que evacuação os intestinos pela parte inferior, ou os que favorecem ou excitão a evacuação por curso, o que se chama purga ». No capítulo citado encontram-se meios muito amplos para preencher esta indicação, desde os simples ecopróticos, as raízes doces e os salinos, passando pelos mais acres, como o álcoes, até chegar à escamoneia, a que chama purgante heróico.

Pois o Charneca ia às fruteiras mais sujeitas à cubiça dos rapazes e untava as maçãs e as peras com um dos purgantes mais gabados pelo seu compêndio. Qual fôsse o agente empregado, é pormenor que a tradição não conservou; mas, certamente, o excelente prático não deixaria de eleger aquêle que mais depressa fôsse capaz de exonerar o pobre garoto daquilo que tam deshonestamente tinha adquirido. . .

São tudo pequenos incidentes da dilatada e pacífica vida do cirurgião, a quem só preocupava a saúde dos clientes e a cultura das suas terras. Percorria grandes distâncias, como vimos, montado na sua égua e à noite passava longas vigílias, estudando e meditando, ou jogando a bisca com os lavradores vizinhos. Nos últimos anos da sua existência, tornou-se um tanto céptico e recorria com pouca fé aos remédios de botica. Um dia chegou do Pôrto um negociante com uma enterite, que tinha resistido a tôda a espécie de tratamentos. Consultou o Charneca, que o aconselhou simplesmente a comer

melancia. « Mas não me receita algum remédio »? — perguntou o doente — « Coma melancia, muita melancia! » — E o doente curou-se.

Um ano antes de morrer, foi acometido de uma hemorragia cerebral, que o deixou paralítico e afásico. Se até ali era frugal e de aspecto atraente e afável, passou a tornar-se irritável, e desregrado na alimentação. Regeitava de mau humor a maior parte dos medicamentos que lhe queriam administrar, e só permitia que lhe applicassem fricções ou que lhe dessem laxativos.

No último ano de vida foi definhando lentamente, até que faleceu, com 95 anos de idade, na madrugada de 15 de Agosto de 1876 (*Documento n.º 2*), sendo enterado na Igreja de S. Simão de Novais.

Deixou tudo quanto possuía a uma sobrinha, com o encargo de dar uma pequena pensão a um irmão. Durante a sua longa e laboriosa vida não conseguiu ganhar fortuna. Todos os seus haveres se limitavam à casa da Charneca e à Bouça-Flor, situada no alto de S. Miguel-o-Anjo, junto da capela hoje em ruínas e dos vestígios de um castro luso-romano conhecido dos arqueólogos.

Desapareceu a povoação remota dos lusitanos, a capela de S. Miguel-o-Anjo desmorona-se, e até o velho Charneca acabou por morrer; a gente daqui já não treme maleitas, mas, ai dela, não lhe faltam, nunca lhe faltarão queixumes que levar aos sucessores do cirurgião. . .

DOCUMENTO N.º 1

Dom João por graça de Deos, principe regente de Portugal, e dos Algarves d'aquem e d'alem mar, em Africa e de Guiné da Conquista Navegação, Comercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da

India etc. Faço saber que a *António Jozé da Costa*, da Freguesia de S. Thiago da Carreira da Cidade de Braga, Colegial do Seminario de S. Caetano da dita cidade, Me representou, que elle pertendia uzar da Arte de Cirurgia, Anatomia, Operaçoens, Ligaduras e Partos, nestes meus Reinos e Senhorios de Portugal, pela ter aprendido, e praticado, no Hospital Real de S. Joaõ Marcos da mesma Cidade, como constou por certidaõ, que foi vista, e examinada pelos deputados da minha Real Junta do *Proto-Medicato*, o qual foi examinado na presença do Commissario o Doutor Antonio Jozé Lopes, pelos Examinadores Manoel José Pereira, e Antonio de Oliveira, os quaes o approvaraõ *Nemine-discrepante*, debaixo do juramento, que tinhaõ recebido para exercitar a dita Arte; por bem do qual me pedio lhe mandasse expedir Carta, para que livremente podesse uzar da dita Arte na forma do Regulamento e Leis deste Reino, ao que naõ tendo duvida os meus deputados da referida Minha Real Junta, foi servido ordenar se lhe passasse Carta para que em sua observancia possa curar de Cirurgia em estes meus Reinos e Senhorios, sem que a isso se lhe possa pôr duvida alguma por minha Justiça, antes lhe daraõ todo o favor, e ajuda quando sem minha Authoridade especial lhe queiraõ pôr algum embaraço ao seu exercicio; pelo qual poderá demandar os salarios, que lhe forem devidos perante os meus deputados da sobredita Real Junta a quem para esse efeito tenho nomeado por seu Juiz Privativo: e só perante eles poderá ser demandado dos erros que cometter na dita Arte; sendo primeiro esta Carta assignada por dois delles, e passada pela minha Chancelaria Mór do Reino, aonde o dito *Antonio Jozé da Costa* haverá o juramento dos Santos Evangelhos ou perante o Corregedor da Comarca oude pertencer para uzar da referida Arte como deve, guardando o meu serviço em utilidade do bem publico. &c. E Pagou de novos direitos mil e seiscentos reis, que foraõ carregados ao Thesoureiro d'elles a fol. 187 v. do liv. 26 de sua receita, e se registou o Conhecimento em forma do liv. 66 do Registo Geral a fol. 187 V. &c. O Principe nosso Senhor o mandou por dois dos ditos Deputados abaixo assignados &c. Dada, e passada nesta Corte, e Cidade de Lisboa aos 19 de Fevereiro de 1803. Esta vai subscreta por Jozé Manoel Correa Monteiro, Secretario da dita Real Junta do *Proto-Medicato*, &c. De feito desta quinhentos reis, e de assignar duzentos reis.» E eu (a) Jozé Manuel Correia Monteiro a fiz imprimir e subscrevo. (a) José Martins

da Cunha Pessoa. (a) Norberto Antonio Chalbert (?). R. 34 p. do L.º 8.º Mont.º (1).

No alto da carta e na letra inicial vêem-se as armas reais. O documento é impresso em pergaminho e tem 35 cm. de largura e 31 cent. de comprimento. No alto tem a rubrica «Dias». Em cima e à esquerda tem um sêlo branco e em baixo um sêlo branco pendente duma fita de seda côr de salmão. A fita, dobrada, mede 2×40 cent. de comprido, e 43 milímetros de largo. O sêlo pendente tem 7 cent. de diâmetro. No verso tem um sêlo da Causa Pública, de 1.600 réis e diversas rubricas e verbas de registos, além do juramento prestado em Castelões, perante o Desembargador-Corregedor de Barcelos em 25 de Abril de 1803.

DOCUMENTO N.º 2

«Número 13. Aos quinze dias do mês de Agosto do ano de mil oitocentos e setenta e seis pelas quatro horas da manhã, no lugar da Charneca, freguezia de S. Simão de Novais, anexa a esta freguezia do Salvador de Ruivães, concelho de V. N. de Famalicão, diocese de Braga, faleceu só com o Sacramento da Extrema-Unção um indivíduo do sexo masculino, por nome António José da Costa, solteiro, cirurgião, da idade de 95 anos, filho legítimo de José da Costa e Eugenia Pereira, da freguezia de S. Tiago da Carreira, concelho e diocese supra, o qual não deixou filhos, fez testamento e foi sepultado na Igreja da dita freguezia de S. Simão. E para constar se lavrou em duplicado este assento, que assino. Era ut supra. Ressalvo a entrelinha que diz Agosto. O abade Lourenço José de Magalhães. Está fiel e conforme. Ruivães 16 de Agosto de 1921. O pároco (a) Ab.º José Marques Pinto».

(1) A carta do «Charneca» foi exibida na Exposição de História da Medicina, que se realizou no Palácio de Cristal em 1925, por ocasião do 1.º Centenário da fundação da Régia Escola de Cirurgia do Pôrto, sendo reproduzida em gravura no respectivo catálogo.

O castro luso-romano de S. Miguel-o-Anjo

O Monte de S. Miguel-o-Anjo (1) é um formoso outeiro que se ergue a 3 quilómetros ao Norte do Rio Ave, a 6 quilómetros de Santo Tirso, a 11 quilómetros de Vila Nova de Famalicão e a 18 quilómetros de Guimarães, numa região fértil em achados arqueológicos, relativos quer à época romana, quer à época celtibérica imediatamente anterior.

Pertence, na sua maior extensão, aquêle monte, à freguesia de Dêlâis, que faz hoje parte do concelho de Famalicão. Dêlâis toma a parte Sudeste do monte, que pertence pelo Noroeste à freguesia de Ruivães, e por Sudoeste a S. Simão de Novais.

(1) Não confundir com o Castelo de S. Miguel-o-Anjo, situado no concelho dos Arcos-de-Val-de-Vez, e que foi estudado por Alves Pereira («Arqueólogo Português», I, 1895).

Na estrada do Pôrto para Santo Tirso, pouco além de Ermezinde, há outro monte com a mesma designação.

De Dêlais e de S. Miguel-o-Anjo, dizia o P. Carvalho (1) no princípio do século XVIII:

« S. Salvador de Delaens, Abbadia da Mitra, rende cento & cincoenta mil reis, tem cincoenta vizinhos. Esteve esta Igreja no alto de S. Miguel do Monte, & he tradiçãõ que nos tempos passados fora Cidade (ao menos devia ter fortificaçãõ, pelo que mostraõ os vestigios) & que fora Mosteiro de Freyras. Aqui he o Solar dos Novaes de Portugal . . . ».

Martins Sarmento (2) refere-se do seguinte modo a S. Miguel-o-Anjo e à sua estação arqueológica: « O Monte de S. Miguel é um outeiro isolado, onde são ainda hoje muito visíveis os vestígios duma povoação do tipo da Citânia, mas de muito menores dimensões. Seguem-se ainda muito distintamente as linhas das muralhas; notam-se aqui e ali alguns restos de construções; a telha de rebôrdo e fragmentos de vazilhas aparecem frequentemente, tanto dentro como fora do recinto dos muros, porque a povoação para o lado de sudeste alargou-se além da circunvalação ».

Informa o ilustre arqueólogo que se encontraram ali mós de moínhos, objectos de bronze, moedas, etc., mas que tudo desapareceu (3).

A única tradição colhida ali por Martins Sarmento é que aquilo foi *coisa de moiros*. Ainda lá subsiste hoje

(1) « Corografia Portuguesa » do P. António Carvalho da Costa, I, Lisboa, M.DCC.VI.

(2) Martins Sarmento, *Para o Pantheon Lusitano* (« Revista Lusitana », I, Pôrto, 1887-1888).

(3) Fui informado que, por volta de 1860, Francisco Vicente, da casa do Arieiro, freguesia de Ruivães, mandou proceder a umas escavações no monte de S. Miguel-o-Anjo, colhendo alguns objectos, cujo destino ignoro. Aquêlê obscuro investigador era, pelo

vagamente a mesma tradição. E outra colhi eu também. Uma das aldeias de Dêlâis mais próximas do Monte chama-se *Penavila*. Dizem as pessoas letradas do lugar que *Penavila* é corrupção de *Pé-de-Vila*, pois que tal aldeia está junto de uma antiga vila.

«O que não tem dúvida nenhuma, diz Sarmento, é que o deus Brico foi ali adorado, como é hoje S. Miguel, cuja capela se levanta no tope do monte». O anjo guerreiro era, com efeito, muito venerado pelo povo daquêles sítios, mas, últimamente, a capela tem sido vandàlicamente devastada e arruïnada.

Quem era o deus Brico? Sarmento publica uma inscrição, até êsse momento inédita, em que um certo Flaus, natural de Valabrica, cumpre um voto feito àquêle deus.

A ara votiva foi descoberta pelo Dr. José da Cunha Sampaio, em 1884.

Diz o abade Oliveira Guimarães ⁽¹⁾ que êste monumento epigráfico existia na parede da casa do lugar de Perrelos, pertencente a Manuel António Dias, que em 1884 o ofereceu à Sociedade Martins Sarmento. Perrelos é da freguesia de Dêlâis e está situada no sopé do Monte de S. Miguel (Leste).

povo da terra, alcunhadado de *maluco*, por gastar dinheiro em cavagens improdutivas.

Há pouco tempo, tanto eu como o estudante de medicina Snr. Jorge de Sá, hoje clínico em Riba de Ave, encontramos ali vários fragmentos de mós (1930), que foram oferecidos ao Instituto de Antropologia da Universidade do Pôrto.

(1) Oliveira Guimarães, *Catálogo do Museu Arqueológico* («Revista de Guimarães», XVIII, 1901).

O Sr. Dr. Leite de Vasconcelos (1) refere-se largamente ao deus Brico e ao rude cipo de granito onde está gravada a inscrição de Flaus.

Quem trepar a encosta Sul do Monte de S. Miguel encontra, disseminados pelas bouças, abundantíssimos fragmentos de *tegulae*, semelhantes aos que aparecem nos outros castros da Callaecia, como o do Monte de Santa Luzia (Viana do Castelo), o de S. Julião (Caldelas) (2), etc.

Os fragmentos maiores de telhas de rebôrdo que ali colhi foram fotografados, bem como dois fragmentos de um grande vaso e parte de uma asa. Tanto na argamassa das *tegulae*, como, principalmente, na dos cacos de vasos, entram em profusão pequenas lâminas de mica.

Os bordos livres dos fragmentos de vasos são inclinados e medem 23 milímetros de largura. O fragmento de asa mede 17 milímetros de diâmetro.

*

* *

Quem subisse, há vinte anos, ao cimo do Monte de S. Miguel, tinha de atravessar espessos pinheirais que forravam completamente a tôda a volta. No alto alvejava a capelinha dedicada àquêle santo. Das traseiras da casa de S. Miguel de Seide tinha o grande Camilo diante dos

(1) Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*, II, Lisboa, 1905.

(2) Joaquim Fontes, *La station de «S. Julião» aux environs de Caldellas* («Bulletin de la Société Portugaise des Sciences Naturelles», VII, 1916).

olhos aquêlê gracioso outeiro, que lhe ficava a três quilómetros de distância.

São amplíssimas as vistas que se disfrutam lá do alto, desde a Penha até o mar. Pouco além da encosta Leste vê-se a grande região industrial de Riba de Ave; mais longe, Guimarães; para o Sul, Monte-Córdova e Santo Tirso; em tôdas as direcções, numerosas aldeias que vieram substituir os castros e as citânias prè-romanas que povoavam os montes da bacia do Avus.

Outrora esta região era habitada por aldeões pacíficos e probos, que se dedicavam quási inteiramente aos misteres agrícolas, e ainda um pouco às indústrias caseiras.

Desde o último quartel do século passado, porém, junto das margens do Ave e do Vizela começaram a levantar-se numerosas fabricas de tecelagem, para cujo labor foi atraída uma grande parte dos habitantes destas aldeias e ainda alguns de terras mais longínquas. O novo regímen de trabalho e a população adventícia trouxeram mudança de hábitos, que provocaram, naturalmente, a mudança do carácter dêste povo, que vivia outrora uma vida simples e rude, mas cheia de virtudes. Hoje em dia, porém, a gente que trabalha nas fábricas tem costumes pouco austeros e perdeu, em regra, a noção do direito de propriedade.

Os pinheirais foram, pouco a pouco, furtivamente destruidos, de modo que o Monte está hoje quási completamente glabro.

Não tendo mais lenha que colher, os fabricantes foram-se à capela de S. Miguel-o-Anjo, levaram-lhe as portas e janelas, levaram as traves, e não esqueceram as telhas, que também foram aproveitadas para qualquer habitação particular. Depois, começou o rapazio a demolir as próprias paredes do vèlho templo.

No verão passado, encontrei já em grande parte desmoronadas essas paredes. No interior do antigo templozinho via-se um montão de pedras. No meio delas encontrei uma com curiosas gravuras insculpidas, e é êsse exemplar o principal objecto desta comunicação.

Trata-se de um paralelepípedo irregular de granito muito duro e de grãos muito finos, uns amarelados, outros negros e outros, muito brilhantes, de mica. Esta pedra é de estrutura muito diferente da das pedras de construção da capela, dos numerosos penedos dispersos pelo monte e das pedras das paredes divisórias das bouças. Em geral essas pedras são de granito de grãos muito grossos.

Pesa essa pedra 32 quilos e tem de comprimento 60 centímetros, de largura máxima 15 centímetros e de largura mínima 12 centímetros. O comprimento da parte gravada é de 33 centímetros.

Apresenta gravados uns desenhos ornamentais, cujos motivos são duplos S S e 8 8 de conta. Tôdas as quatro faces são gravadas; mas só de dois lados é que os desenhos são bem nítidos (1). Nas outras duas faces, que se apresentam polidas, talvez em virtude da acção do tempo durante séculos, vêem-se desenhos análogos, bastante apagados, à mesma altura. Nota-se que tais desenhos se deviam prolongar para cima, na mesma pedra, talvez quebrada, ou em outra. A parte inferior da pedra é mais irregular do que a parte gravada e era destinada talvez a ser enterrada no solo.

(1) Mário Cardoso (Citânia e Sabroso, Guimarães 1930) reproduziu a gravura desta pedra, esquecendo-se de citar a origem.

Qual seria a origem e o uso dêste objecto? Estou convencido que êle estava ùltimamente incluído na parte superior da parede Norte da capela-mor do pequeno templo. Os rapazes que vão olhar o gado para as bouças do cimo do Monte, entretendo-se a demolir a veneranda ermíndinha, derrubariam também aquela pedra, que, ao cair sôbre outras, quebrou uma das suas arestas, que mostra vestígios de factura recente.

Parece-me que a gravura é muito anterior à construção da capela, que era de architectura extrêtamente simples, sem o menor ornato rupestre (1).

A meu ver, os construtores do templo, encontrando no local aquela pedra gravada, incluíram-na na parede, como tantas vezes succede.

Como vimos, a ara votiva ao deus Brico foi encontrada a poucas centenas de metros dali, na parede duma casa, do lugar de Perrelos. Na parede da tôrre de Ronfe, a poucos quilómetros de distância, estava incluída uma inscrição votiva ao deus Durbédico. Na igreja de Santo Tirso encontra-se embutida numa das paredes a tam citada inscrição a Turiaco. Podia multiplicar os exemplos, para mostrar que é vulgar aproveitar, nas construções de edifícios, pedras com valor arqueológico.

Donde proviria, pois, esta pedra insculpida? Como disse, a capela de S. Miguel-o-Anjo era modestíssima e não é provável que a lápide fôsse expressamente gravada para entrar como material de construção no minúsculo e singelo templo. Haveria no mesmo local outra capela anterior a esta? É verdade que S. Miguel do

(1) Esta pedra encontra-se hoje no Instituto de Antropologia da Universidade do Pôrto, ao qual a ofereci.

Monte foi outrora sede de uma freguesia. Mas provavelmente os seus moradores não habitariam no monte, onde o terreno é muito árido e certamente nunca foi cultivado. As aldeias da antiga freguesia de S. Miguel do Monte, que depois foi anexa a Dèlâis, deviam ser Perrelos, Penavila e outras mais próximas do sopé do outeiro.

Muito menos me parece que fôsse possível haver ali um convento de freiras, como diz rezar antigamente a tradição o P. Carvalho. Os mosteiros da região (Oliveira, Landim, Santo Tirso) eram sempre erigidos em lugares fertilíssimos, que contrastam com a aridez de S. Miguel-o-Anjo.

Já em outra ocasião (1) me referi à constituição granítica dos terrenos dêstes lugares, à abundância de rochedos, abundância tam considerável que influu na elaboração do onomástico local. No meu citado trabalho refiro-me aos seguintes lugares, todos mais ou menos próximos do Monte de S. Miguel: *Penas, Penedo, Penide, Pena-vila, Pena-cabrão*. Hoje, depois de ter consultado o Tombo da Freguesia de Dèlâis (2), posso aumentar essa lista com os seguintes nomes: *Campo das Rochas, Talho das Penas, Bacelo das Penas, Monte de Penido, Campo da Lapa, Campo de Lágeas, Monte de*

(1) J. A. Pires de Lima, *Notas sobre a epidemia gripal* («Portugal Médico», 1918 e segundo capítulo dêste livro, pág. 19).

(2) Ao meu amigo Sr. abade de Dèlâis, Rev. P.º Sampaio, muito agradeço a fineza de me deixar consultar dois preciosos manuscritos: «Livro do Tombo das propriedades e limites da igreja de São Salvador de Delâis e da sua aneixa de São Miguel do Monte anexa in perpetuum... o qual Tombo se mandou fazer no ano de mil e quinhentos e noventa e dois»; — Livro das Visitas à Freguesia de Delâes, desde 1632 a 1685.

Lágeas, Souto das Penas. Muitas vezes o « Livro do Tombo » se refere à natureza pedregosa daquêles terrenos, como no seguinte passo, em que trata da Bouça de Fora, do Casal de Perrelos : « de todas as partes e monte de São miguel do monte tem dentro em sy penedia, terra ruim muito fraqua de penedia ».

Não é, portanto, provável que, depois da conquista romana, passando a dedicar-se à agricultura os habitantes desta terra, houvesse em S. Miguel do Monte quaisquer núcleos de população. Erigir-se-ia a igreijinha no alto do Monte e lá ficou a sede de uma freguesia, de que faziam parte os habitantes do sopé do outeiro, do lado de Dêlâis.

Pelo « Livro do Tombo » fiquei a saber que, no Casal de Baixo da Igreja de Dêlâis, havia um campo chamado *Dantas*, designação que lembra a antiga existência de algum monumento megalítico.

O manuscrito que inscreve as determinações dos visitantes da igreja de Dêlâes no século xvii é deveras curioso e dá-nos idea do carácter rebelde da população da freguesia, naquêles tempos.

A freguesia de S. Miguel do Monte estaria totalmente decadente em princípios daquêle século, pois que, em 1635, o visitador ordenou que os fregueses mandassem levar a pia de baptismo da igreja de S. Miguel para a de Dêlâis, visto ser melhor do que a desta igreja, que então estava situada no lugar de Dêlâis de Baixo. Só no século xviii é que foi construída a linda igreja actual.

Em 1637 o visitador mandou fazer diversas obras na ermida de S. Miguel-o-Anjo e, um ano depois, deixou a seguinte nota no livro : « Achei que os Freg.^{es} desta Igreja erãem pouquo devotos . . . Achei que os fregueses nam satisfiseram com os capítulos da vesitasam passada . . .

com huas portas na ermida de Sam Miguel oAmio, nẽ com retelhar adita Capella . . . ».

Os campónios do século xvii, pouco devotos, não se apressavam a retelhar a ermida de S. Miguel; os de hoje, bem mais irreverentes, levaram para casa as telhas que restavam. E, não satisfeitos, ainda cantam melancòlicamente :

Tenho o meu peito à chuva,
 não acho retelhador;
 chovem, dentro como fora,
 lágrimas do meu amor (1).

Com o correr do tempo, não afrouxam os queixumes. Em 9 de Janeiro de 1640 o visitador Paulo de Mesquita insiste por que se façam obras na ermida de S. Miguel, e a 18 de Dezembro do mesmo ano o abade Manuel Luiz Espinel lia e publicava aos seus fregueses nova «visitação», em que se dava conta de umas queixas por não se terem feito aquelas obras.

Pelo que se vê, a revolução restauradora do 1.º de Dezembro não estimulou a diligência religiosa dos lavradores de Dèlâis.

O visitador de 1641, Domingos Vilaça, foi mais enérgico. Como os fregueses não tivessem cumprido as visitas anteriores, deixando ao abandõno a ermida de S. Miguel, condenou-os na multa de três cruzados. Pois nem assim os moradores de Dèlâis se moveram: O mesmo Rev. Vilaça, cónego prebendado na Santa Sé de Braga Primaz e visitador ordinário' na comarca de Vermoim e

(1) Fernando C. Pires de Lima, *Cancioneiro de S. Simão de Novais*, 130 e *Cantares do Minho*, Barcelos, 1937, pág. 20.

Faria, notou, em 1642, que os paroquianos nem concertaram a capela nem pagaram a multa. . .

Tais foram as vicissitudes por que passou naquêles tempos a ermida de S. Miguel do Monte. Como quer que seja, eu vi-a pela primeira vez há 28 anos (1900). Era uma capelinha humilde mas bem tratada, quer interior, quer exteriormente. A fúria demolidora é muito recente, e o Rev. abade de Dêlâis viu, nos últimos anos, desaparecer todos os seus materiais aproveitáveis. Acudiu a tempo às imagens e a outros símbolos sagrados, porque senão tudo iria talvez parar às lareiras semi-paganizadas do irreverente *Homo faber* do século xx.

Mas voltemos à nossa pedra insculpida. A minha opinião é que ela não pertenceria primitivamente a qualquer construção cristã. A forma dela, semelhante a um pedaço de esteio, poderia fazer pensar num marco divisorio de propriedades. Mas quem se lembraria de enfeitar assim com ornatos uma pedra destinada àquêle fim?

É trivial o motivo aproveitado pelo humilde artista que a gravou, motivo que se encontra nos mais variados estilos de tôdas as épocas.

Mas encontro grande semelhança entre os ornatos da pedra que descobri e outros que têm sido notados em monumentos prè-romanos.

São perfeitamente semelhantes aquêles ornatos aos que se vêem em pedras descobertas por Albano Belino (1) na Citânia de Monte Redondo, a 5 quilómetros de Braga, e por Alves Pereira (2) em Castro de Cendufe (Ar-

(1) Albano Belino, *Cidades mortas* («Aqueólogo Português», XIV, pág. 24).

(2) Alves Pereira, *Novas figuras de guerreiros lusitanos, descobertas pelo Dr. L. de Figueiredo Guerra* («Idem», XX, pág. 11).

cos-de-Val-de-Vez). As gravuras da minha pedra são comparáveis aos chamados *postes* que ornamentavam a vestidura dos guerreiros lusitanos. Nos próprios labores da Pedra Formosa da Citânia encontro sugestões do mesmo motivo que ornamenta a pedra de S. Miguel-o-Anjo.

No Museu da Sociedade de Martins Sarmento, estão arquivadas diversas pedras inculpidas semelhantes à minha, especialmente a que foi encontrada na Citânia a 26 de Julho de 1875 (1).

Mário Cardoso (ob. cit.) reproduz várias dessas ornamentações castrejas.

Não sou arqueólogo e portanto venho apenas submeter o parecer de um estudioso à opinião dos competentes.

Não seria aquela pedra gravada por um dos rudes habitantes das montanhas da Ibéria, que se alimentavam de carne de cabra e de pão de bolota; que passavam a vida em constantes lutas e torneios, refugiando-se defensivamente nos castros, quando as suas terras eram inyadidas; que resistiram durante dois séculos aos omnipotentes romanos, mais cultos mas não menos cruéis do que êles? (2)

(*Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, III, 4, 1928).

(1) Martins Sarmento, *Materiais para a arqueologia do concelho de Guimarães* («Revista de Guimarães» 1903, pág. 67).

(2) Mendes Correia, *Os povos primitivos da Lusitânia*, Pôrto, 1924; Schulten, *Viriato*, vert. do alemão por A. Ataíde.

Costumo passar as férias no sopé de S. Miguel-o-Anjo, graciosa montanha situada na parte sul do concelho de Vila Nova de Famalicão, nas freguesias de S. Simão de Novais, de Dêlâis e de Ruivães.

Todos os anos, pelo verão, subo ao monte, não me cansando nunca de estender a vista pelo vastíssimo e belíssimo panorama que vai de Guimarães até ao mar.

Lá em cima encontram-se numerosos vestígios de um castro luso-romano, que os arqueólogos mal conhecem.

Há dias subi ao monte acompanhado pelo Sr. Carneiro, *O Cavalaria*, (1) honesto e activo jornalista, que conhece palmo a palmo o Monte de S. Miguel-o-Anjo.

O Sr. Carneiro foi, em tempo, soldado de cavalaria, e, por esse motivo, é hoje conhecido geralmente por aquela alcunha. Esteve no Brasil longos anos, fazendo serviço de jardineiro e depois voltou à sua terra, para se dedicar à agricultura.

O povo simplifica extrêmadamente a pre-história e a proto-história e é pouco escrupuloso em questões de cronologia. Segundo a tradição popular, nesta terra viveram sempre mouros até que D. Afonso Henriques estabeleceu aqui um reino cristão.

Os mouros viviam nos montes, onde a cada passo se topam *memórias* da sua existência passada. E foi tal a sua influência e a sua riqueza, que a tradição popular não se resigna à noção do seu desaparecimento completo: por essas fragas dos montes não faltam mouras encantadas a aterrar o espírito crédulo do povo.

(1) Faleceu em Julho de 1937.

O *Cavalaria* foi um excelente companheiro de excursão. Inteligente e mais culto do que a maioria dos seus conterrâneos, ia-nos dando, a cada passo, informações sôbre a arqueologia de S. Miguel-o-Anjo.

Ao ladearmos a encosta, indo de S. Simão de Novais para Dêlâis, encontramos numerosos cacos de telha de rebôrdo, restos do material com que os *mouros* cobriam as suas cabanas.

Paramos numa bouça, onde se notavam vestígios de se ter arrancado recentemente um pinheiro. Foi aqui, disse o *Cavalaria*, que eu encontrei aquela faquinha de pedra. Trata-se de um instrumento neolítico, que oportunamente será descrito. Vi aquela peça, bati com ela numa pedra e notei que ela tocava como se fôsse de metal . . .

— Esta bouça pertence à Quinta de Penavila, Sr. Carneiro ?

E o *Cavalaria*, prontamente, com ar de pedagogo bem informado: Realmente chamam *Penavila* a êste sítio, mas é êrro; devia-se dizer antes *Pé-de-vila*, porque aqui perto houve uma vila . . .

Atravessamos o monte de sul a norte, até à encosta do lado de Ruivâis. Acolá, disse o *Cavalaria*, encontrei estas peças e reflecti — isto é dinheiro!

Eram duas moedas romanas, uma delas muito bem conservada, com a efígie do imperador Constantino, *populi romani augustus*. Mais adiante indicou-nos o sítio onde apareceu um lindo vaso, que não pôde conservar, porque se esfarelou todo. Enfim, tudo coisas de mouros.

Subimos depois ao cume do monte, onde se vêem as ruínas da capelinha de S. Miguel-o-Anjo.

Aqui em baixo, diz o *Cavalaria*, havia um penedo em forma de chapéu de dois bicos. Êsse penedo tinha

um letreiro que falava em muitos quilos de ouro. Ao lado mostrou-nos os restos da muralha da antiga cidade.

Mais abaixo há um penedo enorme, que não assenta bem sobre a terra, ficando debaixo dêle uma vasta gruta. Há tempo, uns rapazitos, que por aqui andavam a olhar o gado, viram, com espanto e terror, surgir da gruta uma mão enorme de ferro, que queria agarrá-los . . .

Daqui dêste alto, os mouros faziam sinais para o Castelo de Vermoim, para a Penha, para Monte Córdova, onde havia também cidades.

A de Monte Córdova era muito importante. Era lá o *Picôto do Pai*. O senhor doutor nunca ouviu falar na história do *Picôto do Pai*?— Ora diga lá, Sr. Carneiro.

O *Cavalaria* apurou-se, e, elevando mais a voz, começou a narrativa:

— « Antigamente, quando os vélhos passavam a ser bôcas inúteis, os filhos punham-nos sobre um carro, e levavam-nos ao Picôto, para que acabassem os seus dias, sem ficarem pesados a ninguém. Os pais apenas ficavam com uma mantã e uma boroa de pão.

De uma vez, certo pai disse ao filho: . . . ».

— Conheço muito bem essa história, Sr. Carneiro. Mas olhe que ela não é só de Monte Córdova e do tempo dos mouros. Ainda hoje há êsse bárbaro costume.

D. Afonso Henriques transformou realmente esta terra, fundando um grande reino.

Os mouros desapareceram mas, se não ficaram encantados nos montes, muitas vezes estão disfarçados na intimidade das almas dos cristãos . . .

VI

Luiz de Freitas Viegas

(14-VII-1869 — 28-II-1928)

NUMA tarde agreste dos fins do último inverno, ao deixarmos em Agramonte o corpo frio do Professor Viegas, o nosso director, encarando a face imóvel do querido Morto, prometeu solenemente que a Faculdade nunca mais o esqueceria e que a seu tempo lhe seriam rendidas as devidas homenagens.

Oito meses depois, ao iniciar o primeiro ano lectivo em que a sua cooperação nos falta, aqui está a Faculdade a cumprir a sua promessa.

Meus Senhores :

Luiz de Freitas Viegas era quasi um meu conterrâneo. Tanto a sua Família como eu somos oriundos da mesma ribeira amena do Ave. Os sonhos ingénuos da minha infância foram embalados pelo murmúrio das águas do formosíssimo rio que, da outra banda, vai banhando a terra dos seus pais.

Enquanto eu nascia e me criava num outeirozinho sobranceiro à margem direita do Ave, Luiz de Freitas Viegas, portuense de nascimento, muitas horas passou, de alegre e descuidosa mocidade, na outra encosta, no florido sopé de Monte Córdova, terra fértil em lendas e tradições.

Oito ou nove anos apenas tinha Viegas mais do que eu. A-pesar disso, eu mal o conheci antes de ser seu aluno. Faz agora vinte e sete anos (1928) que o tive como professor de propedêutica cirúrgica e conservo bem presente a impressão que me fizeram, desde o primeiro dia de aula, as suas apreciáveis qualidades didácticas.

Naquêl tempo tinha a Escola Médica dois mestres de clínica, alta e justamente consagrados — Azevedo Maia e Roberto Frias.

Pois o jóvem professor Viegas iniciou com tanto brilho o seu curso de propedêutica que, desde logo, mostrou ficar bem na corporação a que pertenciam aquêles afamados lentes.

Luiz Viegas era um prelector de raro mérito. A sua linguagem era clara, singela, elegante; e o seu espírito clínico era sagaz. Tinha-se especializado, havia pouco, na grande escola francesa de dermatologia e sifiligrafia do Hospital de S. Luiz (1) e a sua feição didáctica ressentia-se da especialização que tinha adquirido, pois que eram particularmente brilhantes e bem preparadas as lições que fazia sobre sifilis, sobre lepra, sobre sarna e sobre outras dermatoses. Pena foi que as suas primeiras

(1) Além da viagem de estudo em França, que fez logo após a formatura, fez outra em 1905 na Suíça e Itália (portaria de 30-VIII), outra na Inglaterra em 1913, e uma outra ao sul de França em 1926.

lições, enunciadas com palavra tam fácil e eloqüente, não tivessem ficado impressas.

Mais tarde encontrei-me com o professor Viegas, durante largos anos, no mesmo júri dos exames de Anatomia. Ali pude apreciar a sua memória privilegiada e a inflexível austeridade com que julgava os alunos.

O professor Viegas era um médico de larga clínica e um homem de sociedade. Todo o Pôrto o conhecia e eram amplíssimas as suas relações. Pois nunca notei que o seu *veredictum* fôsse influenciado por causas estranhas ao valor dos estudantes.

« É difficil, diz Ramón y Cajal, é difficil ser muito amigo dos amigos, sem ser um pouco inimigo da justiça ». Pois Luiz Viegas, meus senhores, era daquêles que costumam pôr os interêsses da justiça acima das conveniências da amizade.

Luiz de Freitas Viegas nasceu a 14 de Julho de 1869. Formou-se na antiga Escola Médico-Cirúrgica do Pôrto, sendo dos alunos mais distintos do seu curso, do qual também fazia parte o que é hoje tam ilustre professor Tiago de Almeida (1) e o erudito crítico de arte Dr. Xavier da Costa. Foi premiado na cadeira de Partos, classificado com *accessit* em Patologia interna, Patologia externa, Medicina operatória, Clínica cirúrgica e Medicina legal, e obteve distinções em várias outras cadeiras. Fez Acto Grande a 26 de Julho de 1893, sendo aprovado plenamente com louvor. A sua tese versava sôbre a imunidade. Relendo-a hoje, verifica-se que Luiz Viegas conhecia bem as doutrinas correntes naquella época sôbre tal assunto.

(1) Falecido em Junho de 1936.

Por duas vezes se apresentou a concurso ao professorado superior desta Casa e de ambas foi aprovado em mérito absoluto.

A sua primeira tese de concurso (1896) intitula-se: «A tuberculose e as suas manifestações cirúrgicas». Insere êste trabalho 83 observações colhidas na enfermaria dirigida então pelo ilustre pediatra Dr. Dias de Almeida e é enriquecido com minuciosos quadros estatísticos, em que especialmente é tratado o valor da hereditariedade nas manifestações externas da tuberculose.

A segunda tese de concurso (1899) ocupa-se do gonococo sob o ponto de vista clínico e médico-legal. Êste trabalho foi realizado no antigo e mesquinho Laboratório Municipal de Saúde e Higiene, onde o ilustre professor Ricardo Jorge iniciou a sua brilhantíssima carreira médico-sanitária.

Desde 1897 publicou na imprensa médica do Pôrto uma série de valiosas memórias sôbre assuntos dermatológicos e em 1916 deu à estampa uma «Guia de terapêutica das doenças de pele, seguida de um formulário de aplicações locais». Êste *vademecum*, elaborado com perfeito método, teve uma larga difusão entre os estudantes de medicina e os clínicos do Norte do País.

Em 1920 publicou obra de maior tômo, as «Medicações dermatológicas», série de treze lições magistrais, excelentemente elaboradas, segundo um plano muito pessoal, essencialmente prático.

No prefácio dessa obra, em que Maximiano Lemos traça com mão de mestre a evolução da dermatologia em Portugal, diz o historiógrafo insigne da medicina portuguesa: «Nenhuma das suas asserções deixa de assentar em factos, em observações pessoais; o professor fala do que viu, do que estudou, do que mostrou».

Foi Luiz Viegas principalmente um clínico, um dermatologista de grande merecimento, um prelector elegantíssimo. Quasi tôda a sua obra é constituída por lições e conferências.

O seu trabalho de maior vulto, publicado em 1925, por ocasião do I Centenário da fundação da Régia Escola de Cirurgia do Pôrto, também êle não fugiu à regra: «A Sifilis, suas manifestações tegumentares» é uma obra luxuosamente editada, profusamente ilustrada com belas similigravuras e insere um feixe de excelentes lições de sifiligrafia.

Deixou o prof. Viegas um opulentíssimo arquivo iconográfico relativo à dermatologia e à sifiligrafia e, nesse vasto manancial de observações, pensava êle colher elementos para futuras obras, que não teve tempo de realizar. Chegou a anunciar que tinha em preparação um «Manual prático das doenças de pele», que seria elaborado segundo o mesmo plano do volume sôbre as manifestações tegumentares da sifilis.

Na obra que planeava, do mesmo modo que sucede nas que nos são conhecidas, certamente se notaria também a feição docente do grande dermatologista que perdemos. No prefácio do seu último volume afirmava êle: «O meu intento foi ensinar a ver as lesões com consciência científica, e a pôr em evidência os conhecimentos adquiridos em uma larga observação. Escrevi como entendi, com o meu modo de ver pessoal».

Estas palavras dizem tudo e ocioso será espriar-me em mais considerações àcerca da personalidade clínica de Luiz Viegas.

Mas o professor, a cuja memória prestamos hoje homenagem, não foi só um dermatologista. Dispersou por muitos campos uma enorme actividade e, no desempenho

de todos os cargos, sempre mostrou o seu talento. Foi durante largos anos professor de Anatomia descritiva e de Dermatologia, mantendo sempre a grande altura o nível do ensino que versava.

Dedicou-se à Antropologia criminal e exerceu um papel importante nas últimas reformas dos serviços médico-legais.

Foi êle quem, a 1 de Maio de 1902, instalou o primeiro pôsto antropométrico no nosso País, elaborando o respectivo regulamento, que foi referendado pelo Ministro Campos Henriques e publicado no « Diário do Govêrno » de 27-IX-902. No mesmo ano fundou naquêle pôsto, com o dr. Ferreira Augusto, procurador régio junto da Relação do Pôrto, uma « Revista de Antropologia Criminal », que teve vida efêmera. No Pôsto antropométrico foi elaborado o volume « Tatuagem nos criminosos », excelente dissertação inaugural do nosso ilustre colega prof. Teixeira Bastos.

Em 1913 foi o Pôsto antropométrico visitado pelo Dr. Álvaro de Castro. A-pesar-da completa divergência de ideas políticas entre aquêle homem público e o professor Viegas, Álvaro de Castro nunca mais o dispensou de colaborar intimamente com êle em tudo quanto dissesse respeito a questões médico-forenses.

O primitivo « Pôsto Antropométrico » transformou-se mais tarde na Repartição autónoma de Antropologia Criminal e Identificação Civil (1), que êle dirigiu até à morte.

Grande parte da sua actividade exerceu-a no Hospital Geral de Santo Antôrio, onde últimamente ocupava os lugares de director de enfermaria e de director dos

(1) Hoje Instituto de Criminologia (1937).

Serviços de Dermatologia, que êle próprio criou e muito desenvolveu.

Luiz Viegas era um orador de raça. Não têm conta os discursos que êle pronunciou em sessões solenes, em congressos, em festas variadas, em comemorações fúnebres. A maior parte dêles ficaram inéditos e muitos nem sequer foram escritos. A sua palavra fácil levava-o frequentes vezes a improvisar lindos discursos, que só puderam ser apreciados pelas pessoas que os ouviram declamar.

Entre as suas melhores peças oratórias destacarei o elogio do chorado professor Aarão de Lacerda, que Luiz Viegas pronunciou em sessão da « Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia », da qual foi por muitos anos presidente.

Desempenhou também as funções de presidente da « Associação Médica Lusitana », e regeu por algum tempo a cadeira de Física do Instituto Industrial e Comercial do Pôrto.

Eis o âmbito larguíssimo da acção do professor Viegas. A-pesar-da sua incessante actividade, ainda tinha tempo para gozar as alegrias do seu lar, por tanto tempo feliz.

Comparo a vida e a morte de Luiz Viegas com as de outro professor insigne que há alguns anos perdemos, e que êle acompanhou de perto nos seus primeiros tempos de clínica — o prof. Roberto Frias. Foi a actividade excessiva e polimorfa de ambos êles, a sua ânsia irreprimível de trabalho que os arrebatou tam cedo desta Casa que tanto honraram.

Diz Cajal (permitti que cite mais uma vez o mais alto espírito das Espanhas): — « Como a vela a arder, o en-

tendimento humano alumia queimando-se, consumindo-se e derramando lágrimas » .

Luiz Viegas foi também político e desempenhou o cargo de governador civil do distrito de Vila Real, durante a vigência do tam discutido ministério de João Franco.

Foi pequena e fruste a sua acção política, mas não deixa de ser grande a lição que se tira da sua vida pública. Luiz Viegas era alguém como cidadão, no meio desta sociedade dessorada do primeiro quartel do Século xx. Neste tumultuar nevrótico de paixões, neste abastardamento quási universal de caracteres, neste desvairado meio em que o político de hoje em dia não se peja de ostentar a cada passo um torpe mimetismo, Luiz Viegas, meus senhores, era alguém.

Sempre confortado pelas mesmas crenças que sua mãe suavemente lhe inculcou desde o berço, sempre firme nas convicções políticas que adquiriu desde a idade da razão, Luiz Viegas teve a rara virtude de ser sempre o mesmo através da sua vida. Sempre as mesmas ideias políticas, sempre a mesma fé religiosa conduziram os seus passos, não se importando com críticas, desprezando perigos, sempre de acôrdo com o retrato do perfeito cidadão, conforme o traçou a pena de Sá de Miranda na era augusta de Aviz :

« Homem de um só parecer,
De um só rosto, uma só fé,
Dantes quebrar que torcer » .

O professor Luiz Viegas foi, por assim dizer, o criador do ensino da dermatologia no Pôrto e pode afirmar-se que o ensino dessa especialidade nunca, no nosso País,

atingiu a altura a que êle o elevou. Era tam vasta a sua experiência, tam lúcido o seu talento clínico, tam elegante a sua fala, que a sua morte deixou um vácuo bem difficil de preencher, não só nesta Faculdade, mas em tôdas as cátedras portuguezas de Dermatologia. Êle era, sem contestação, *primus inter pares*.

Foram várias as honrarias com que o distinguiram. Foi o presidente da secção de Dermatologia do XV Congresso Internacional de Medicina, que reuniu em Lisboa em 1906 e delegado de Portugal ao XVII Congresso que, em 1913, reuniu em Londres; era sócio da « Sociedade Francesa de Dermatologia e Sifiligrafia » e do « Instituto » de Coímbra; e comendador da Ordem de Sant'Iago, do mérito científico, literário e artístico.

Bons e esperançosos estudantes que me ouvis!

Envoltos nas vossas capas negras, acompanhastes em massa ao cemitério os pobres despojos do vosso mestre e, movidos por generoso impulso da vossa alma, já lá voltastes à sua campa levar as flores benditas da vossa saúde.

Mas a parte mais nobre de Luiz Viegas não está lá no cemitério.

A mais bela das admiráveis estampas da obra genial de André Vesálio representa um esqueleto disposto em atitude bem estranha para um ser assim descarnado: parece estar meditando êsse esqueleto. No plinto em que se apoia, lê-se êste pensamento sublime: « *Vivitur ingenio. Coetera mortis erunt* ». É pela inteligência que se vive. Tudo o mais é apanágio da morte.

Pois alguma coisa vive ainda de Luiz Viegas. São as suas obras. E nesta Casa bem amada, onde se respira um ambiente de tam alta espiritualidade, vós podeis

continuar a receber as lições do mestre desaparecido, lendo os seus trabalhos.

E, ao lado dêles, fica hoje a tela que agora inauguramos, em que o pincel criador de Joaquim Lopes resuscitou a sua nobre fisionomia.

Um dia, meus Senhores, chegara Luiz Viegas da Beira Alta, onde fôra, em vão, buscar alívio aos seus padecimentos. Dessa Beira Alta, donde brevemente lhe viria o golpe crudelíssimo que definitivamente o havia de prostrar.

Foi visitar o novo Instituto de Anatomia que se erge, cheio de luz, graças à iniciativa inteligente e generosa do ilustre professor Alfredo de Magalhães.

Percorreu tôdas as dependências, tudo observou miudamente, com interêsse e satisfação bem evidentes e, ao despedir-se — pela última vez — da Casa que tanto honrara, confrontou as actuais instalações com a mísera salinha de aula onde tantas gerações de alunos ensinou.

No fim da sua amável conversa, Viegas estava fatigado. A sua tez, outrora pálida, e os lábios, estavam cianosados, uma dispneia atroz obrigava-o, ofegante, a dilatar ineficazmente a caixa torácica. Não pude ocultar a minha inquietação. Mas Luiz Viegas, antes que eu falasse, procurando tranquilizar-me, disse, meneando a sua bela cabeça, havia longos anos precòcemente encanecida: — « Olhe, Pires de Lima, antes quero morrer abafado do que perder miseravelmente a lucidez do meu espírito ».

E morreu abafado, poucos dias depois. Tinha perdido o seu filho, a luz dos seus olhos, o ar dos seus pulmões . . .

Eis, em pálidas e breves palavras, como foi a carreira do professor Luiz de Freitas Viegas, cortada tam brutalmente aos 53 anos de idade.

Ao inaugurar êste retrato, docemente iluminado pela divina centelha da Arte, veneremos a sua memória. O seu nome não se apagará tam cedo da lembrança dos homens, porque Luiz Viegas pertenceu ao número daquêles que se esforçaram por se libertar da lei da morte.

(Elogio proferido, na antiga Biblioteca da Faculdade de Medicina do Pôrto, na sessão solene de homenagem à memória do Prof. Luiz Viegas. *Ilustração Moderna*, Nov. de 1928, N.º 27).

VII

O Cavalo maluco (Novela minhota)

— Êste ano a feira grande vai ter muita gente: houve mais vinho do que o ano passado e o S. Miguel está a correr bem. Há milho e feijão como na boa aneza.

Assim dizia um barbeiro de aldeia que acompanhava o senhor Abade à Feira Grande de Setembro de Vila Nova de Famalicão. A estrada nova que conduzia ao Campo da Feira ia cheia de povo. O senhor Abade, que viera a pé do extremo do concelho, suava em bica, e o seu casaco preto de longas abas, as calças e os sapatos, estavam cobertos de pó.

Ao chegar à frondosa carvalheira da Quinta do Doutor Novais, parou um pouco à sombra e, tirando do amplo bôlso do casaco um lenço vermelho tabaqueiro, enxugou a testa, as faces rotundas, e depois insinuou o lenço enrodilhado entre a volta de celulóide e o pescoço, que escorria de suor.

E, para entrar mais decentemente na vila, sacudiu por maior o pó dos sapatos e as calças.

O barbeiro, afeito a andar de casa em casa a servir fregueses, suportava melhor as fadigas da jornada, descalço, em mangas de camisa, o casaco pendurado num cacete que levava ao ombro. Ainda era um barbeiro dos antigos. À porta da sua barraca de madeira, pendia uma bacia de latão, chanfrada de um lado, como aquela que serviu de capacete ao D. Quixote.

Ao domingo fazia barbas a dez reis. Depois da missa primeira, os moços de lavoura apinhavam-se dentro da barraca, à espera de vez. E o mestre barbeiro, condescendente com as predilecções de cada um, depois de estender largamente, com os dedos espalmados, uma espessa camada de espuma de sabão, perguntava, com tódia a cortesia: — Quere dedo ou noz? Inquiria o mestre barbeiro se o freguês preferia que as suas bochechas sobressaíssem pela introdução do dedo indicador esquerdo, ou se acharia melhor que êle, para tal, lhe introduzisse uma noz no vestibulo da bôca.

Havia trinta anos que João Barbeiro rapava os queixos hebdomadariamente à freguesia tódia, e contudo não tinha forrado um pataco. Quanto ganhava, era para gastar em vinho.

Debaixo da carvalheira colossal do Dr. Novais, como ante-câmara da feira, estacionavam umas mulheres a vender refrescos. O senhor Abade, para matar a sêde, sorveu uma limonada, por um tubo angular de fôlha de Flandres, de um copo alto, canelado e estrangulado no meio como uma ampulheta.

Os pavões, empoleirados nas ramarias do carvalho secular, soltavam gritos estrídulos; e o senhor Abade levantou-se de um improvisado banco e disse para o João Barbeiro:

— Vamos lá com Deus.

O Campo da Feira, na sua metade sul, estava completamente cheio de gado: bois a um lado, porcos a outro, cavalos e jumentos para acolá, todos cercados de feirantes, que procuravam comprar, vender ou trocar os seus bichos.

O ambiente era pesado: o calor, a poeira, o cheiro das fezes de todos aquêles animais e do suor de tantos feirões nada limpos, não tornavam apazível o recinto.

— Quem me dera dar um giro a galope! — disse o João Barbeiro ao senhor Abade; e, logo a seguir, dirigiu-se a um lavrador que segurava pelo freio um belo cavalo castanho com uma estrêla na testa.

— Quanto custa o burro?

— Vinte soberanos.

— Tomara você que eu lhe desse quinze!

E agarrou o focinho do animal, inspecionando-lhes os dentes. Alçou-lhe as patas, uma por uma. Mediu aos palmos certas regiões. Puxou-lhe repetidas vezes pela cauda. Apalpou-o. Percutiu-o com palmadas. Depois montou-o, sempre em mangas de camisa, de cacete na mão, com o casaco enfiado nêle.

Primeiro andou a passo, no arruamento sul do Campo da Feira, que vai para a estrada do Pôrto. Depois andou a trote e, por fim, deu três ou quatro corridas num galope desenfreado.

O senhor Abade estava aflito. O João Barbeiro oferecera quinze libras pelo cavalo e era capaz de não ter sequer uma coroa para ir jantar à Hospedaria da Carolina! E estava a ver que a partida ia terminar por uma carga de lenha nas costas do engraçado.

Satisfeito pela sua proeza, João Barbeiro trazia o cavalo ao dono. O bicho resfolegava cansado, e da bôca caíam-lhe grossos fios de saliva ensangüentada. O ani-

mal suava e, por debaixo das correias que lhe cercavam o peito, surgia uma espuma muito branca.

O dono do cavalo, que esperava ansioso a proposta definitiva do freguês, ouviu estarecido a seguinte informação :

— O seu animal não vale nem um pataco. Os miolos abanam-lhe dentro da cabeça; está doido e não dura muitas semanas. Ora venha ver, senhor Abade!

O padre abanou a cabeça do cavalo e confirmou que realmente havia qualquer ruído dentro da caveira.

Aproximaram-se os feirantes, uns atrás dos outros, e todos ouviam os miolos a chocalhar. Quanto mais abanavam a cabeça do pobre bicho, mais a lenda corria.

Tôda a feira sabia já do cavalo maluco, cujos miolos buliam. Aquilo já não era bulir: era como se fôsem nozes dentro de um saco.

A notícia ia correndo e, em tôda a vila, não se falava noutra coisa.

Veio observar o fenómeno o ferrador de Santo Tirso, que preparava uma pomada verde, boa para tôda a espécie de mazelas; o endireita de Joane, algebrista tam habilidoso que era capaz de endireitar a sombra de uma vara torta; o boticário da Isabelinha, que era a verdadeira fonte-limpa aonde recorriam os doentes daquelas redondezas, já desenganados pelos médicos; o curandeiro de Carrascos, que fazia desaparecer tôda a casta de ruins com um remédio que preparava na rima do estume; o dentista Oliveira, que tirava dentes sem dor e que vendia um remédio eficaz para fazer crescer o cabelo e para tirar os calos.

Todos, sem excepção, abanaram a cabeça do pobre cavalo, verificando que os seus miolos estavam despe-
gados.

Chegou por fim a notícia ao Salustiano, estudante de medicina que estava ali perto a passar as férias.

A-pesar-de freqüentar ainda o terceiro ano de medicina, o povo já recorria aos seus conhecimentos terapêuticos.

Era muito entendido, e curava a ciática radicalmente, queimando, com o cabo de um garfo de ferro aquecido ao rubro, certa covinha que nós temos na orelha.

Salustiano, que tanto havia de dar que falar mais tarde na propaganda do método de Asuero, chegando ao pé do cavalo maluco, auscultou-lhe a cabeça e, agitando-a, sentenciou:

— Efectivamente, nota-se um certo gargolejo nos ventrículos cerebrais.

O dono do bicho não quis ouvir mais nada.

Retirou-se cabisbaixo, com o cavalo à arriata.

A sua cabeça, de tanto abanar, oscilava tristemente. E, atordoado, de lágrimas nos olhos, o cavalo, ainda teve fôrças para dizer consigo:

— E os homens chamam-nos bestas a nós!

(*Civilização*, Novembro de 1930).

Demografia e Ensino

PARA comemorar o aniversário natalício de um grande sábio português, a Sociedade que se honra com o seu nome costuma celebrar uma encantadora festa escolar, em que são galardoados os estudantinhos das escolas primárias do concelho de Guimarães, que mais aplicados se mostraram.

É sempre convidado para fazer uma alocução adequada ao acto um homem eminente nas letras ou no ensino. Êste ano, por benévola excepção, fui eu o escolhido. Eu bem sei que não posso ombrear com tantas figuras ilustres que têm honrado esta cadeira. Mas, contudo, afirmo-o sem vaidade, sinto-me bem aqui.

Eu nasci numa escola. Nela bebi o leite de minha mãe e, pouco depois, começava meu pai a ensinar-me as letras do alfabeto. Nasci entre alunos e, já lá vai mais de meio século, nunca deixei de viver no meio de estudantes.

Quando eu nasci, havia muito poucas escolas primárias em Portugal. Os mestres de meninos eram em número diminuto. Ganhavam noventa mil réis cada ano e, para os estimular, o Govêrno dava mais ao professor meio tostão por mês por cada aluno que freqüentasse a escola e mais dois mil réis por cada rapazinho que obtinha aprovação no exame elementar.

Muito avançou a pedagogia nestes últimos cinqüenta anos; as escolas normais multiplicaram-se, os professores primários passaram a ter uma preparação muito mais complexa, o orçamento da instrução engrandeceu-se com uma dotação muito mais avultada.

Quanto lucrou a instrução popular com êste grande esforço da Nação?

Eu não quero criticar, muito menos censurar os governos pelo que êles têm tentado fazer em benefício do ensino. Sou mesmo de opinião que é sempre pequeno o sacrifício que a Nação faça em prol da educação popular.

Desejo apenas frisar certos factos que pela vida fora fui aprendendo. O analfabetismo continua a pesar sôbre nós de uma forma degradante, e sou levado a concluir que o método de encarar o grande problema da educação faliu.

Esta Sociedade benemérita premeia nesta data, que é sagrada para os vimaranenses, os alunos que melhor cumpriram os seus deveres! Era preciso que em todos os concelhos, em tôdas as freguesias de Portugal se celebrassem amiúde festas como aquela a que assistimos.

Os homens bons de cada terra deviam procurar as crianças mais distintas e rodeá-las carinhosamente de conforto. Assim como um jardineiro selecciona com devoção as plantas de que se esperam as mais belas flores, tam-

bém os educadores deviam cercar de cuidados os alunos que manifestassem maior capacidade.

Mas o estímulo não devia ir só para os alunos: devia também estender-se aos professores.

Desculpem, meus Senhores, por lhes falar num assunto que poderá supor-se demasiadamente pessoal. Sou biologista e, nos trabalhos a que me dedico, tudo quanto se afirma se baseia na observação. Com ela quero também justificar o meu ponto de vista pedagógico.

Meu pai, humilde professor rural de instrução primária, tinha habitualmente na sua escola mais de cem alunos, e nunca teve ajudante. Quem o auxiliava eram os seus discípulos mais adiantados, num ensino mútuo que perdeu de moda. Parece-me que tudo isto é hoje considerado anti-pedagógico. Pois será: mas aquêlé, para mim, tam venerando Mestre, ensinou a ler e educou mais de mil pessoas. De uma escola que êle fundou numa pobre aldeia saíram alunos que se tornaram professores de todos os graus de ensino, médicos, advogados, sacerdotes, funcionários públicos, proprietários e opulentos comerciantes.

Hoje ainda há mestres assim, que têm brio em ver a sua escola freqüentada e reconhecem como supremo ideal servir o seu País com a maior devoção. Conheci professores que deram a sua vida pela Pátria, esgotando-se de trabalho, com a mesma heróica abnegação com que um soldado verte o seu sangue no campo de batalha.

Conheço outros que encaram o serviço docente como um modo de vida muito cómodo. Com o seu aspecto repulsivo afastam a concorrência à aula, que está sempre quasi deserta.

Igual remuneração há-de recompensar o apóstolo que sacrifica a sua vida à educação das gerações novas e a

espécie de amanuense sem cuidados, que tem como único ideal o feliz advento do fim do mês, com a perspectiva do embólso do ordenado?

Bem escassa é a renumeração do professor primário, dirão. E eu concordo. Mas permitam-me que acrescentem: alguns há que nem tanto merecem.

Julgo bem que, nesta nobre terra de Guimarães, nenhum haverá dessa categoria.

Tal pensamento já neste mesmo lugar foi expresso, numa encantadora forma literária, pelo alto espírito do Dr. Agostinho de Campos.

Disse o grande pedagogo: « O Estado encarta milhares e milhares de mestres e deixa-os entregues a si próprios. Se são bons e honestos, se se concentram e dedicam, prejudicam-se materialmente e sentem-se vegetar na ingratidão e na injustiça; se são desajeitados e cábulas, se se dispersam e distraem do ensino para mais lucrarem, nenhuma sanção os corrige, estimula, ameaça ou castiga ».

Justo seria que se glorificassem os bons alunos, mas também os bons professores.

Mas as festas de hoje são, sobretudo, para os alunos.

Meus queridos meninos: aprendei a ser inteligentemente ambiciosos. Diz o psicólogo Toulouse: na escolha de uma carreira, pontaria alta! Não é preciso atropelar ninguém para triunfar na vida. Com o estudo e o trabalho honesto podem atingir-se honradamente as maiores posições sociais. Tendes o exemplo na vossa terra. Se sentirdes na alma a centelha divina do talento, segui o exemplo admirável dos vossos insignes compatriotas Martins Sarmiento, Alberto Sampaio, Abade de Tagilde, João de Meira.

Reconhecendo em vós inclinação para a agricultura, para o comércio, para a indústria, preparai-vos com a necessária educação técnica e lançai-vos ardentemente na luta.

Se a Natureza não vos dotou com as indispensáveis qualidades para adquirir uma situação científica ou lucrativa, nem por isso desanimeis: forcejai por ser artifices abalizados e dignos da fama que tiveram sempre os obreiros vimaranenses.

Não acrediteis no dogma da igualdade humana. Os homens são todos diferentes, pela sua fisionomia, pelo seu carácter, pelas suas aptidões. Mas são todos homens, e todos devem ser homens dignos.

A desigualdade social é uma desigualdade aparente. Não nobilita menos a cidade de Guimarães um cutileiro que fabrica com suma perfeição umas tesouras ou o operário que tece uma toalha finíssima de linho, que o industrial dono das fábricas onde tam belos artefactos são produzidos.

Cada ser humano deve ser aproveitado para o mister para que tenha mais aptidões. E o ideal de cada um deve consistir em tornar-se uma competência no seu ramo de actividade e servir assim o melhor que puder a sua terra.

Nada de ociosos, nada de revoltados!

Eu não sei, minhas senhoras e meus senhores, de terra portuguesa, fora das três cidades universitárias, onde se cuide tanto da cultura do espírito como nesta nobre cidade que se criou à sombra das venerandas pedras do castelo de Mumadona.

Sob a égide do nome glorioso de Martins Sarmento, fundou-se esta ilustre companhia, que tantas preciosidades guarda nos seus Museus e na sua Biblioteca; é seu

órgão a brilhante « Revista de Guimarães », que vai publicar já o seu XL volume.

Sob os auspícios da mesma Sociedade, publicaram-se dois tomos da opulentíssima colectânea de monumentos históricos de Guimarães.

Com documentos colhidos principalmente nesta casa, elaboraram-se dois trabalhos que são das mais valiosas teses de doutoramento que à Faculdade de Medicina do Pôrto têm sido apresentadas.

Refiro-me ao « Concelho de Guimarães » do meu sempre lembrado amigo e ilustre colega professor João de Meira e a « Vimaranes » do Dr. Luiz de Pina, a obra recentíssima que veio demonstrar que outra distinta competência acaba de destacar-se.

Não há muito que outro trabalho de grande mérito nos disse quanto vale Guimarães como centro de cultura e de riqueza. É o « Labor da Grei », « livro bendito da Linhagem Vimaranesense », que o sr. Francisco Martins tam benemèritamente editou.

Terra que possui tam nobres tradições, terra onde se tem abrigado tam brilhante aristocracia mental, por fôrça que há-de apresentar características demográficas muito especiais na nação portuguesa.

É muito densa a população do concelho de Guimarães: enquanto que, no Portugal continental, em globo, a densidade é apenas de 65,6 habitantes por quilómetro quadrado, neste concelho é de 218,7, o que o aproxima da da Bélgica, o país de mais densa população da Europa. Isto segundo o censo de 1920, porque, pelo censo de 1911, ainda era maior (229,5). Como é sabido, os flagelos da guerra e da gripe pneumónica de 1918 fizeram, lamentavelmente, diminuir a população desta terra.



Há treze mil famílias neste concelho, tendo 2.094 delas mais de quatro filhos (16,1 %). Para confronto direi que, na cidade do Pôrto, de 45.385 famílias há 6.512 com mais de quatro filhos (14,5 %).

Mas onde melhor se pode ver a solidez da família vimaranense é examinando o número de indivíduos separados judicialmente ou divorciados.

Segundo o último Anuário Estatístico de Portugal (1928) só havia no concelho de Guimarães 46 indivíduos em que o matrimónio se dissolveu (0,08 %). É verdadeiramente exíguo o número de vimaranenses para quem os laços conjugais se tornaram insuportáveis. Em cada 10.000 vimaranenses, só 8 repudiaram o cônjuge, ao passo que, em todo o continente português, são 17 por 10.000 os que se separaram por malcasados, no Pôrto 21, em Lisboa 35, acima de quatro vezes mais.

Tais números são uma eloqüente demonstração das virtudes domésticas desta gente.

A população da antiga vila pouco passaria de dois mil habitantes até ao Século xv; e desde o Século xviii até hoje iria oscilando entre oito e dez mil habitantes. No Século xvi, a vila com seu têrmo teria pouco mais de 25.000 habitantes e no Século xviii duplicaria a população. Depois disso, tem tido várias oscilações e quasi estacionou. O último censo dá para as 72 freguesias do concelho de Guimarães a população de 56.231 almas.

O incremento demográfico não é animador em absoluto, porque a mortalidade e a emigração desfalcam muito êste agregado populacional. Mas se confrontarmos a situação de Guimarães com a do Pôrto, por exemplo, vemos que é bem pior a da capital do Norte.

Como não encontrei à mão dados relativos ao concelho de Guimarães, confrontemos os que se referem ao

distrito de Braga com os da cidade do Pôrto (Anuário Estat. de Portugal, 1928).

Enquanto que no distrito de Braga, para uma população de 378.145 habitantes, houve, em 1928, 14.336 nascimentos, 2.569 casamentos, 7.666 óbitos e 573 nado-mortos, no mesmo ano registaram-se na cidade do Pôrto (215.625 habitantes) 6.460 nascimentos, 1.729 casamentos, 5.166 óbitos e 459 nado-mortos.

Por cada mil pessoas nasceram pois, em 1928, 38 crianças no distrito de Braga e apenas 29 na cidade do Pôrto.

Isto a-pesar de, por cada mil habitantes, ter havido oito casamentos na cidade do Pôrto e apenas seis no distrito de Braga.

Enquanto, no distrito de Braga, a cada mil crianças que nasceram vivas correspondem 39 que nasceram mortas, no mesmo ano, na cidade do Pôrto, demograficamente muito mais doente, a 1.000 nado-vivas correspondem 71 nado-mortos, quasi o dôbro.

Enquanto que a mortalidade geral foi naquêlo ano de 20 por 1.000 habitantes no distrito de Braga, o que já é muito, na cidade do Pôrto foi de mais de 23 por mil.

Com boa hygiene e perfeita assistência, esta elevadíssima mortalidade podia reduzir-se a menos de metade.

As pessoas que emigram de Portugal são em número muito avultado. Não falando senão nos que se expatriam legalmente, regista o último Anuário Estatístico 32.282 só num ano (26.247 para o Brasil) (38,43 % de analfabetos). Daquêlo número, 2.145 saíram do distrito de Braga, sendo 25,98 % analfabetos.

É deveras aflitiva a situação de Portugal quanto à soma quasi inverosímil de iletrados. Cêrca de 77 % da população do nosso País não sabe ler nem escrever.

Na cidade de Guimarães a situação, conquanto péssima, não é tam precária. Os analfabetos vimaranenses, segundo as minhas contas, constituem 53,8 % da população da cidade.

É claro que nestes números incluem-se também as crianças que ainda não estão em idade escolar.

Deduzindo as crianças, ainda é muito vergonhosa a situação. Na população do distrito de Braga de idade superior a 7 anos, a percentagem dos analfabetos é de 56,7 %.

Meus senhores e sobretudo minhas senhoras: estou a aborrecer-vos, bem sei, com tantos números. Perdoem-me V. Ex.^{as} e permitam que reforce, com mais umas negras sombras, o triste quadro. Na Alemanha a percentagem dos recrutados analfabetos é de 0,03 %. Quere dizer: em cada dez mil recrutados alemães, só três não sabem ler. Pois em Portugal, em cada dez mil recrutados, há seis mil e duzentos analfabetos (62 %)!

A face da República Portuguesa estará coberta de opróbrío enquanto não resolver êste problema.

Todos clamam: precisamos de mais escolas, precisamos de mais professores. É verdade: precisamos de mais professores. Mas ainda que multipliquem o número de mestres e de aulas primárias, o problema não ficará resolvido.

Na Bélgica não há mais escolas primárias do que em Portugal. Por cada 927 habitantes, tem a Bélgica uma escola e por cada 926 portugueses também há uma escola. Pois na Bélgica quási tôda a gente sabe ler e em Portugal sucede o que V.^{as} Ex.^{as} ouviram.

Em cada 100 recrutados, há na Bélgica, 8 iletrados e em Portugal 62! Há na Bélgica, bem sei, certas circunstâncias que favorecem o ensino: vida mais desafogada da

população e corpo docente mais numeroso nas escolas primárias. Mas isso não explica a nossa situação indecorosa.

O problema ainda não foi bem formulado, nem a solução foi tentada em bases seguras.

É preciso inundar o País de edifícios escolares apropriados, é preciso reforçar com novos contingentes o exército de professores primários. Mas nada disso resolverá o problema. Acima de tudo, é necessário fazer com que os alunos vão à aula e dar-lhes mestres escolhidos, bem preparados em boas escolas normais, mestres que sejam capazes de ensinar bem e com verdadeira devoção patriótica.

A-pesar-da rica densidade da população do concelho de Guimarães, tôda esta boa gente pode aqui viver. A terra é fértil e, se fôsse cultivada com mais esmêro, sustentaria bem êste povo. As indústrias estão adiantadas, mas supponho que os afamados artefactos vimaranenses poderiam ser produzidos, se não com mais perfeição, ao menos em maior abundância.

Muito triste é ter de emigrar. Melhor é cada um ficar em sua terra. Mas se tiverdes de partir um dia para longe, meus meninos, preparai-vos em antes. (Mais da quarta parte dos emigrantes do distrito de Braga, como vimos, são analfabetos).

Depois de adquirirdes a necessária cultura literária, aprendei um officio até serdes bem peritos nêle. Que os vimaranenses que emigrem sejam sempre os primeiros em qualquer terra onde se encontrem.

Não imaginai, meus meninos, a que espantosa miséria chegam às vezes os emigrantes portugueses no Brasil, na França, na Espanha.

Há cêrca de um ano, passei por Hendaia. Era no domingo de Ramos. Entrei na igreja, que estava cheia de fiéis, que assistiam à cerimônia litúrgica daquele dia.

Desci depois para a estação e notei que na rua estavam vinte a trinta operários a abrir uma profunda valleta. Ao passar por êles, notei que falavam português. Abeirei-me e soube que eram daqui do Norte, dos distritos de Braga e de Vila Real. Andam por França mais de vinte mil portugueses, empregados nos mais rudes misteres.

Aquêles pobres homens, que eu vi em Hendaia, não se lembrariam com saúde da festa dos Ramos da humilde igreja da sua aldeia, em que todos levavam airoso palmito, ou ramos de oliveira adornados de lindas camélias? Haveria algum dêles que precisasse ou fôsse capaz de levantar, na sua terra, as pedras de uma calçada em domingo de Ramos?

— Vocês não se lembram da sua terra, interroguei, não desejariam voltar para lá? E um respondeu, meio envergonhado, enquanto a picareta deslocava uma grande pedra: Às vezes, senhor, bem queríamos voltar. Mas não temos dinheiro para o combóio . . .

Se tiverdes de emigrar, não vos resigneis à situação de míseros escravos, vertendo o suor em benefício de estrangeiros.

Ponde, se tanto fôr preciso, ao serviço dêles os vossos músculos ou a vossa inteligência, mas procurai enriquecer e regressai depois ao vosso ninho. Conquistar meios de fortuna não dá apenas satisfação individual. Para um português chega a ser um verdadeiro dever patriótico.

Contava-me uma querida pessoa de família, que há pouco perdi, um episódio de que teve conhecimento no Rio de Janeiro. Estava lá empregado numa oficina um cutileiro natural de Guimarães. Distinto artifice na sua terra, a obra não lhe saia tam perfeita no exílio. O gôsto amargo da nostalgia toldava-lhe o entendimento e o pobre vimaranense atribuía à impureza da água a imperfeição da cutilaria que fabricava.

« Ai, água de Guimarães, água de Guimarães » dizia o obreiro desalentado. Como repetisse constantemente êsse estribilho: « Ai! água de Guimarães! » — o seu patrão mandou ir daqui um barril de água e encheu com ela, em segrêdo, a selha onde o ferreiro temperava os objectos que fabricava.

Nesse dia o patrão colocou-se escondido, à porta, a ver se o artifice repetia a sua nostálgica lamentação.

Mas o homem, notando que estava a trabalhar com mais perícia o ferro em brasa, tomou súbitamente um aspecto alegre, dizendo, surprêso: — « Água de Guimarães! — ou eu estou em Guimarães, ou a água de Guimarães está aqui! »

Eu não sei se êste episódio se passou realmente ou se se tratará apenas de uma lenda formosa como tantas outras que se bordam à volta de um factu ou de um sentimento.

Só quero mostrar que torturas sofre um emigrante — hostilidade do clima e dos homens estranhos, saúdade pungente da sua terra e dos seus.

Se tiverem de deixar a sua terra, pequenos vimaranenses, preparem-se primeiro e sigam só quando a consciência lhes mostre que tem o direito de triunfar.

Há cinqüenta anos

A CARTA do Sr. José Santarém, anunciando-me que o «Jornal de Santo Tirso» ia celebrar as suas bodas de ouro e convidando-me para colaborar num número comemorativo, chamou-me à triste realidade.

Eu estou vêlho. Vi passar, engalanado de bandeiras, o primeiro combóio que chegou à estação de Santo Tirso; assisti à inauguração da ponte metálica sôbre o Ave; vi construir a estrada de Santo Tirso a Famalicão; vi erguer o paredão do Campo da Feira, hoje belo Parque do Conde de S. Bento; assisti à inauguração das escolas de Santo Tirso; vi construir o antigo hospital, hoje quartel de Sapadores; vi construir o estabelecimento balnear das Caldas da Saúde, no tempo do concessionário Marques; sou do tempo em que José Bento Correia e Manuel Eduardo de Sousa primeiro sonharam a transformação do Monte da Senhora da Assunção, hoje a caminho de uma realidade magnífica.

Assisti aos primeiros vagidos do «Jornal de Santo Tirso», criado há meio século por José Bento Correia, o grande animador de todos os progressos da nossa terra.

O meu querido Pai foi o primeiro redactor principal do «Jornal de Santo Tirso». Tôdas as semanas ia à Escola de Areias um empregado da tipografia, em geral o Félix Moreira Vasconcelos ou seu irmão João, buscar o «escrito para o jornal», o artigo do fundo, que meu Pai, depois da aula da tarde, rabiscava à pressa em três linguados de papel almasso, enquanto o Fêlinhos esperava sentado nos degraus do Cruzeiro.

Não se faz ideia dos benefícios que Santo Tirso deve ao seu jornalzinho! Em cinqüenta anos, uma povoação de aspecto mesquinho e incaracterístico transformou-se em uma das terras mais lindas de Portugal. Pois, em grande parte, esta metamorfose deveu-se à propaganda tenaz e persistente do «Jornal de Santo Tirso».

Há trinta e seis anos

«que eu parti chorando
dêste meu saudável, carinhoso lar!...»

Abandonei os campos floridos da ribeira do Ave, mas não os esqueci nunca. Acompanho, com um carinho filial, todos os progressos da terra em que nasci.

Atrás de mim quasi somente vejo mortos e, na atmosfera deletéria da cidade, onde me acolhi, há muitos homens vivos, que mordem como víboras . . .

Que saúde dos mortos que embalaram a minha infância!

(*Jornal de Santo Tirso*, 21-V-31).

Fantasia de um tirsense em férias

AO MEU AMIGO DE INFÂNCIA

ALBINO DE SOUSA CRUZ

HÁ dias, vindo do Pôrto em automóvel pela estrada da Serra, entrei em Santo Tirso por Santa Cristina.

Acompanhava-me uma pessoa estranha, que já conhecia a minha amada terra e que não teve dúvida em dizer claramente que aquela entrada da vila não estava nada em harmonia com os lindos acessos de Areias, de Burgães e mesmo da Trofa.

É realmente vulgar e quasi feia a estrada que dá entrada em Santo Tirso pelo Picoto. Mas era bem possível embelezar tal sítio, plantando ali um vasto arvoredo, onde só deviam ter lugar as belas árvores da flora minhota: carvalhos, castanheiros, oliveiras, sobreiros. Nunca deveriam ser podadas essas árvores e gostaria de as ver pelo menos tam frondosas como os plátanos da Avenida da Ponte.

No centro do Parque levantar-se-ia uma escola infantil, onde os jóvens tirsenses iniciariam a sua instrução. Aos oito anos passariam os estudantinhos para as escolas do Conde de S. Bento, onde paira ainda o espírito dos incomparáveis mestres Pires Fernandes, D. Zulmira de Azevedo e Fernando Pires de Lima. Possuída a instrução primária, os rapazes, sobretudo os das povoações rurais, transitariam para a Escola Agrícola, que devia transformar-se numa vasta escola técnica bem especializada, onde se formariam os feitores das quintas do Minho.

Não longe do parque sonhado por mim, nasceu, segundo reza a tradição, um grande santo, que teve na Galiza, há mil anos, um papel análogo ao que na nossa Pátria desempenhou Nun'Álvares Pereira.

Refiro-me a S. Rosendo, o qual nasceria perto da que é actualmente igreja de S. Miguel do Couto, obrando depois grandes prodígios, defendendo a Galécia (1), da qual foi vice-rei, das invasões dos mouros e dos normandos. Há poucos anos celebróu-se na Galiza, com grande pompa, o milenário de S. Rosendo, cuja tradição está, infelizmente, muito obliterada do lado de cá do Rio Minho.

O vasto espaço arborizado da entrada Sul da vila de Santo Tirso seria, portanto, o Parque de S. Rosendo, como homenagem à mais notável das figuras que, em mil anos, nasceu em Cidnay ou seu térmo.

A instrução infantil, primária e técnica dos tirsenses ficaria bem assegurada. A sua educação física seria ministrada no Ave. Todos os jóvens tirsenses de ambos os sexos deviam aprender a nadar e a remar, revigorando os seus músculos nas águas do nosso rio. O *foot-ball* e

(1) Como é sabido, a Galécia, no fim do Império Romano e no Reino dos Suevos, estendia-se até ao Rio Douro.

outros brutais exercícios exóticos nunca deveriam ser admitidos em Santo Tirso.

Se eu tivesse a honra de exercer clínica na minha terra, procuraria seguir o exemplo de três grandes médicos que, há meio século, aproveitavam na terapêutica todos os recursos regionais. Refiro-me aos saudosos doutores Ferreira, Lemos e Arnaldo Coelho, por conselho dos quais as margens do Ave, junto de Santo Tirso, se transformavam, no verão, numa verdadeira praia. Atribuíam grandes virtudes à água do nosso Rio, que arasta, na sua corrente, águas sulfurosas das Taipas, de Vizela e de Amieiro Galego.

Para a Póvoa iam só os escrofulosos, e o resto da população tirsense ficava na sua terra, durante o verão, tratando-se com banhos do rio.

Em certos países, como a Polónia, não há praias marítimas. Pois os polacos não se privam dos prazeres do banho, improvisando praias fluviais junto das cidades.

A dois passos da vila ficam umas têrmas sulfurosas, de composição riquíssima e de comprovadas virtudes medicinais. Ainda há pouco, professores e alunos do Instituto de Hidrologia de Lisboa apreciaram altamente *in loco* a especialização terapêutica das Caldas da Saúde e a inteligência com que a sua proficiente direcção clínica as ministra. É preciso que a população de Santo Tirso se convença de que as melhores águas sulfurosas de Portugal são as das suas Caldinhas.

Santo Tirso é a vila mais bela do Norte, digamos, o arrabalde mais pitoresco do Pôrto. É preciso transformá-la numa estação de repouso e de cura.

Ao lado das Caldas-da-Saúde, temos as margens bellíssimas do Ave, a mata frondosa da Senhora da Assunção, que o venerando Abade Pedrosa plantou.

E temos ainda outros recursos terapêuticos, que direi regionais. Na Alemanha, na Suíça, na Áustria, e há pouco em França, associa-se correntemente ao tratamento termal a cura de uvas.

Diz o eminente Professor Dieulafé, de Toulouse, referindo-se a diversos estabelecimentos termais e climáticos de França: « Conheço bastante estas estações para poder afirmar que, aos benefícios do clima e aos da água mineral, as uvas, no período de férias, oferecerão as suas qualidades de adjuvante terapêutico, de resultados preciosos. Quando se pensa na acção anti-tóxica do sumo da uva, nos seus efeitos laxativos e diuréticos, pode compreender-se até que ponto são favorecidas as curas das êntero-colites, das prisões de ventre, das congestões hepáticas, etc. Para seu bem estar, que os nossos doentes se entreguem, com doçura, à sincronia uvo-termal! »

Os benefícios previstos por Dieulafé para os doentes que procuram as estações climáticas e termais do Sul da França para o tratamento das suas moléstias, entrevejo-os eu para os portugueses definhados por um ano de trabalho nas nossas cidades tam anti-higiénicas.

Que venham para Santo Tirso, não para dançar no Clube, mas para cuidar dos seus achaques, utilizando os nossos maravilhosos recursos terapêuticos regionais: O Monte e o Rio, as Caldinhas e os doces cachos dos nossos campos abençoados. Se não se erguerem inteiramente sãos, como promete o responso de Santo António e a divisa do Gerez, ao menos ficarão aptos para retomar, durante mais um ano, o seu trabalho árduo, no ar torvo das cidades.

(Jornal de Santo Tirso, 28-IX-33).

XI

A primeira consulta

EM fins de Julho de 1903, poucos dias após a defesa da tese, apareceu-me o primeiro doente. Era um padre ainda novo, já falecido agora, que entrou em Silvalde acompanhado por um amigo comum. Disse-me, numa voz rouca, que sofria muito de dores nos ossos, principalmente à noite, e que as dores de cabeça também o apoquentavam.

Reparei que, nas regiões anteriores dos punhos, apresentava umas manchas avermelhadas, simétricas, e que o cabelo lhe estava rareando muito. Convidei-o a abrir a bôca e notei que a mucosa estava crivada de *aftas*. Fiz logo, mentalmente, o diagnóstico e tive o primeiro precalço deontológico.

— Como havia de dizer ao padre, que vinha acompanhado, quais eram as minhas impressões clínicas?

Ràpidamente, voltei-me para êle, avisando-o: — A sua doença precisa de um exame demorado, que não posso

fazer-lhe aqui. Espere-me em sua casa, que irei lá vê-lo à tarde.

*

Logo que me avistei com êle só, expus-lhe francamente:

— O snr. P.^e F. está com manifestações de sífilis secundária.

Esboçando um protesto pouco sincero, o doente afiançou-me que já tinha consultado outro médico, o qual tinha diagnosticado reumatismo e o mandara para umas termas.

— Pois vá lá para as termas, mas há-de tomar um remédio que vou receitar-lhe.

— Pois tomarei, desde que não seja mercúrio. E peço-lhe o favor de dizer a tôda a gente que eu tenho reumatismo.

Acedi, formulei, simplesmente, hidrargírio e prometi que, para todos os efeitos de publicidade, era o reumático o mal que tolhia os ossos do reverendo.

Passado um mês, apareceu-me o padre satisfeitíssimo, julgando-se curado.

— Que bem me senti com o seu remédio, snr. doutor: até me fez nascer o cabelo!

XII

Os bichos são como a gente (1)

I

HAVIA uma vez um menino, diz um Livro de Leituras (2), tam inteligente e bondoso, que era o enlêvo da família. Tinha um gato a quem tratava com extrêmos de carinho. Pois um dia êste menino morreu, como a justificar os dizeres do povo, que afirma não serem para êste mundo os meninos de extraordinária inteligência e bondade.

«No meio da sua dor enorme, a família notou uma coisa comovente: o gato nunca mais teve sossêgo e acabou por fugir de casa. Viram-no depois a rondar o cemitério, onde jazia enterrado o seu amiguinho morto».

(1) Os três primeiros parágrafos foram publicados na «Ilustração Moderna», Dezembro de 1930.

(2) Augusto Pires de Lima e Américo Pires de Lima — Leituras para o ensino primário (2.^a ed.) — Quarta classe — Pôrto, 1929.

Aquêlê menino era o meu pobre irmãozito Alexandre, que foi vitimado pelas complicações de uma otite média, que lhe provocou cruciantes sofrimentos durante algumas semanas.

Lembro-me muito bem do episódio do gato, que para sempre ficou de memória na minha família.

A psicologia dos animais é assunto debatido desde a filosofia grega. E é forçoso concluir que não estamos hoje mais adiantados do que no tempo de Aristóteles. As escolas são as mesmas, são as mesmas as discussões e os argumentos. Como ensinam os escolásticos, os animais terão alma material, destituída de inteligência e de razão, e apenas dotada de simples instinto?

Terão os animais um esboço de inteligência e de razão, como pretendem outros filósofos (1)?

Como quer que seja, alguns animais, pertencentes a espécies de mamíferos superiores, comportam-se de maneira que parecem dotados de qualidades espirituais, em regra consideradas como peculiares ao Homem.

Os factos que menciono neste artigo parecem confirmar a opinião do povo, quando diz: — « Os bichos são como a gente, tirante a alma ».

II

Quem entrar no cemitério de Agramonte e, antes de chegar à capela, desandar um pouco para a esquerda,

(1) A psicologia dos animais está hoje sendo estudada com afinco. O 4.º caderno da *Société de Philosophie de la Nature*, que acaba de aparecer (1930), é dedicado à psicologia animal.

encontrará um jazigo de aspecto trivial que, num pequeno degrau, tem a escultura de um cão felpudo. Poderá supor-se que essa imagem simbolizará a fidelidade e teria sido ali colocada com intuito alegórico.

Mas não foi assim. Aquêlê cãozito tem uma história, que me foi contada por pessoas que a conhecem bem e foram contemporâneas do facto.

A escultura representa o cão « Diamante », que pertenceu a Joaquim da Costa Santos, capitalista que, há cinqüenta e tantos anos, morava no prédio n.º 170, então n.º 150, da Rua dos Mártires da Liberdade. Tanto êsse indivíduo, como sua espôsa consagravam grande affecto ao seu cão.

Quando faleceu Costa Santos, o « Diamante » deitou-se ao lado do caixão e, quando o levaram ao cemitério, o cão acompanhou o entêrro. Depois, fugia a cada passo de casa e ia até ao cemitério, saltava as grades do jazigo e gemia sôbre a lage que cobria o corpo do seu patrão.

Como as visitas ao cemitério se amiüdavam e o cão não queria saír dali, o antigo e devotadíssimo director do cemitério, Rev. P.^e Alexandre, cujo corpo hoje repousa perto, « entre as suas obras e as suas flores », foi prevenir a viúva, para que o mandasse buscar. Mas o cão, levado para casa, a-pesar-da vigilância que havia, fugiu repetidas vezes para o cemitério. Não comia nada e acabou por morrer no dia do aniversário do falecimento de Costa Santos.

A dona encarregou um marmorista de reproduzir em escultura o retrato do cão tam dedicado, e essa imagem é a que figura ainda no degrau do jazigo. A serviçal Ana Vieira da Silva enterrou o cadáver do animal no quintal da antiga casa de habitação de Costa Santos.

Ainda hoje é viva (1) aquela serviçal, que está internada na Ordem do Carmo e conta a quem quiser ouvir a história do « Diamante ».

O volume VIII da « Biblioteca da Infância », intitulado *A vida dos animais — os Cães*, descreve alguns factos semelhantes a êste.

Também Axel Munthe, na sua obra conhecidíssima « Le livre de San Michele », trad. francesa, cap. V, relata um caso análogo: um cão acompanhou ao cemitério o caixão da sua dona e deitou-se em cima da sepultura dela.

A-pesar-de chover a potes, o pobre bicho não se mostrava disposto a deixar o túmulo, por mais que o entotasse o coveiro.

Só três dias depois é que o próprio Axel Munthe conseguiu levar para casa o dedicado animal.

III

Lembro-me com saüdade de um cavalo que, durante cêrca de dez anos, foi meu fiel companheiro de férias. Êste animal reconhecia perfeitamente quem o tratava bem. Tôdas as vezes que um mau empregado da quinta o montava, o animal tinha um jeito especial de sacudir o lombo, que o estendia irremediavelmente no chão; pagava-lhe dêste modo as esporadas e as vergastadas que o antipático lavrador lhe applicava sem razão.

A mim nunca tentou deitar-me abaixo, sendo de uma gratidão que raras vezes se encontra em criaturas humanas. Quando saía a cavalo, nunca levava esporas nem

(1) Faleceu em 1937.

chicote e tratava-o com a máxima liberdade. Sabia que o cavalo apreciava muito um raminho de mato florido. Pois quando passava por alguma moita de tôjo, deixava-o sempre deliciar-se com aquêles manjar. Quando encontrava, no caminho, uma pôça de água, o cavalo havia de beber sempre. Mas antes de sorver o líquido, remexia largamente a água com uma das patas; parece que queria ter a ilusão de beber em água corrente.

Quando saía ou entrava em casa, costumava dar sempre uma côdea de broa ao cavalo, e êle nunca esquecia êste tributo, que esperava sempre com impaciência. Às vezes, sôlto no campo, via-me a distância e dirigia-se logo a mim, apressado e alegre, projectando muito os lábios, ansioso por apreender o costumado naco de pão de milho.

Que excelentes serviços me prestou o pobre cavalo na epidemia de 1918! (1) Voluntariamente mobilizado no combate da gripe, tratei, dentro de um mês, cêrca de quinhentos doentes, dispersos em várias freguesias dos confins meridionais do concelho de Vila Nova de Famalicão, por aldeias sertanejas, montanhosas, servidas apenas por carreiros pedregosos. Pois o cavalo conduzia-me por tôda a parte, subindo montes e saltando paredes, durante seis horas por dia.

Uma vez fui a Areias a cavalo. Ao passar no «Pinheiro Torto», lugarejo deserto da freguesia de Landim, numa encruzilhada, o cavalo estacou e flectiu os quatro membros, ficando com a barriga encostada ao chão.

Apeei-me e assisti complacientemente ao seguinte espectáculo: o cavalo deitou-se de costas, ergueu as quatro

(1) (V. Cap. II dêste livro, p. 19).

patas e agitou-as convulsivamente no ar, enquanto friccionava as costas no chão, tanto quanto lho permitiu o selim. Terminado êste acto incivil, ergueu-se de novo. Montei-o e prossegui no meu caminho. Com certeza jãmais cavaleiro algum tratou com tanta liberalidade um seu forçado companheiro de viagem!

IV

Entre a profusão de bicharada que havia em casa de meus Pais, quando eu era criança, conta-se uma macaca que um amigo nosso trouxera de Angola. O animalzinho afeiçoou-se muito a mim e aos meus irmãos: Todos os dias passeávamos pela Quinta acompanhados pela macaca, que andava prêsa a um cadeado.

Habitualmente, vivia numa casota situada no cimo de um grande poste de pinheiro. O cadeado que prendia a macaca pela cinta ligava-se a um anel de arame zincado que rodeava o suporte da habitação do animal, que facilmente descia ao terreiro ou subia para a casota.

A macaca era muito mansa e tratava com verdadeiro affecto as pessoas da casa, que lhe levavam alimentos. Mas embirrava com certas criaturas, arregalava muito os olhos e tomava outras atitudes ameaçadoras, quando essas pessoas se aproximavam . . .

Certa ocasião deram-lhe um pequeno espelho, e a macaca, trepando rapidamente pelo mastro, ficou horas esquecidas a remirar-se, causando a admiração de todos.

A macaca foi crescendo, tornando-se cada vez mais forte. Depois de viver alguns anos prêsa ao seu cadeado, acabou por parti-lo, fugindo para cima do telhado, onde começou a fazer grandes estragos.

Não podendo mais suportá-la, oferecemo-la a uma família amiga. Lembro-me bem de a ter conduzido até à casa dos novos possuídores.

Deixei-a lá e voltei para casa cheio de saúdades. Fui vê-la passados dias e a pobre macaca, mal me viu, de um salto abraçou-se-me ao pescoço, gemendo doloridamente, como a acusar-me de a ter abandonado.

Pouco depois, mordendo uma senhora, foi liquidada a tiro.

Foi um dos maiores desgostos que tive durante a minha vida infantil.

De vez em quando, ainda hoje me lembro, com um mixto de saúde e remorso, do abraço de despedida da nossa macaca.

Pôrto, 6-XI-34.

O orvalho da Relá

Nos lameiros encontram-se uns bichos verdes, parecidos com pequenas rãs. Êstes bichos, denominados relas, ao passar, de noite, pela erva, deixam ali um orvalho que é perigosíssimo para o gado.

Mal nasce o sol, seca o orvalho da rela. Mas se os bois vão para o campo antes que nasça o sol, comendo a erva com orvalho, adoecem gravemente, começando logo a inchar.

Os bois nunca devem ir ao campo desde o pôr ao nascer do sol. E, mesmo na corte, quando se dá erva aos bois, é preciso passá-la por uma luz.

Quando um boi começa a inchar, por ter comido erva orvalhada pela rela, deixa de comer e, se fôr fêmia, deixa de dar leite.

Ê preciso, imediatamente, sangrar o boi doente, picando-lhe, com uma agulha, uma veia debaixo da língua. Depois passeia-se o animal pelos caminhos.

Um dia uma vaca adoeceu gravemente. Um veterinário amador diagnosticou envenenamento pelo orvalho da rela. Procedeu-se ao tratamento clássico, mas a vaca só melhorou quando expeliu ruidosamente um marmelo que se lhe tinha encravado na garganta . . .

S. Simão de Novais, Outubro de 1933.

XIV

O Senhor fora

A MEMÓRIA DO MEU QUERIDO

AMIGO CAMPOS MONTEIRO

MADRUGADA de inverno, tocava o sino badaladas nervosas, anunciando o Senhor fora (1). Em todos os lares da freguesia, aquêles toque solene fez erguer a deshoras a população inteira. Uma pessoa de cada casa devia acompanhar o préstito, a gente que ficava tinha de pôr uma luz acesa à janela, à passagem do Senhor e, nos caminhos, junto das habitações, todos juncavam o solo de fôlhas de lírio e de espadana e de raminhos de alecrim.

Um lençol de geada revestia de alvura os campos e o povo que convergia para a igreja, de todos os caminhos, tiritava de frio e as suas passadas sôbre a lama

(1) Na freguesia de Areias, concelho de Santo Tirso, cêrca de 1890.

regelada produziam um som cavo especial, que só pode ouvir-se quando gente de tamancos passeia pelos caminhos, nas manhãs de inverno, em que o povo diz que caiu uma camada de neve, *da negra*.

Na igreja, o senhor Abade, já revestido, espera a pessoa mais grada da terra para lhe entregar a umbela. A confraria do Santíssimo, revestida das suas opas vermelhas, vai logo a seguir ao padre.

Depois, a multidão de homens e, no fim do cortejo, as mulheres.

Logo à saída do templo, começam a entoar os homens, em voz grave: « Bendito e lou . . . vado seja o Santí . . . ssimo Sacramento da Eu . . . caristia! ».

E as mulheres respondem, num câro de vozes mais agudas: « Fruito de o ventre sa . . . grado da Vir . . . gem Purfíssima Santa . . . Maria! »

Há cinqüenta anos o povo de Areias entoava um « Bendito » com um *estilo* característico, que tinha o aspecto grandioso dum coral de Bach. Hoje, infelizmente, a música popular religiosa do Minho foi substituída por uma toada inestética, que não vale a pêne ouvir-se. Aconteceu o mesmo à arquitectura, à escultura e à pintura religiosa. Quando o povo era avassalado por uma fé verdadeira, levantava as ermidinhas românicas, as catedrais góticas e ainda os ricos templos joaninos . . .

Pela estrada fora, gente que passa para a feira de Famalicão ajoelha no chão gelado. E as robustas pâdeiras de Santo Tirso, que seguem para o mercado empoeiradas nas suas mulas, entre as grandes canastras do pão, apeiam-se também, ajoelhando piedosamente.

O chão está juncado de verdes, à beira das casas e, em tôdas as janelas, arde uma luzinha.

O povo que acompanha o Senhor canta incessantemente o « Bendito », mas, ao chegar à casa do doente, entoa a « *Gloria patri* ».

A entrada da casita do doente está juncada de flores. A porta está aberta e a habitação, muito limpinha, encontra-se adornada com os melhores atavios, como na Páscoa. Os lençóis, alvíssimos, ornamentados de rendas graciosas, como a toalha de um improvisado lavatório e o *sobre-ceu* assim onde o pároco depõe o vaso sagrado. O doente, com a lividez de um moribundo, repete a custo as frases do ritual: « Eu não sou digno nem merecedor... ». As pessoas, que acompanharam o Viático, tôdas querem ver, pela última vez, o pobre enfêrmo. Acotovelam-se à porta do aposento, olhando para dentro e murmuram: « Coitadinho! está branco como a cal da parede... ». E todos dispersam, na manhã já clara.

Tendências comunistas do povo do Minho

I

QUANDO veio a República, confiscados os bens das congregações religiosas, disse o povo das fábricas: — se isto é do govêrno, é de nós todos. E, durante semanas a fio, foram levados em tôdas as direcções os pinheiros do Colégio de S. Miguel das Aves.

Mais tarde, morreu sem descendência a proprietária duma casa solarenga. Muitos eram os pretendentes à herança, mas nenhum se apresentava legalmente habilitado. Como a quinta ficou sem dono, o povo assaltou as bouças e, durante longos dias, por estradas e caminhos passavam carreadas de pinheiros.

O povo habituou-se a não comprar lenha e, dentro em poucos anos, os pinheirais foram desbastados e desapareceram quási completâmente: primeiro foram os pinheiros maiores, que eram cortados furtivamente, de noite. Depois iam buscá-los em pleno dia e serviam de todos os

tamanhos; mulheres e crianças levavam pinheirinhos que não chegavam a atingir um metro de altura. As bouças parece que ficaram rapadas à *gillette*.

Depois nem as uveiras que marginam os campos passaram a estar seguras, e até o mato das bouças foi ensaiado como combustível. A princípio, o lavrador reagia. Um gatuno de lenha, apanhado em flagrante, foi levado ao tribunal. A-pesar das provas, o juiz absolveu-o. Na volta do julgamento, foi deitar uma dúzia de foguetes à porta do queixoso...

O habitante desta região perdeu por completo a noção do direito de propriedade. Certo dia, um proprietário bonacheirão viu com os seus próprios olhos um vizinho a cortar-lhe uma árvore.

— Ó malandro, tu tens o descaramento de me roubar pinheiros mesmo assim, na-cór-do-dia?

— É verdade, senhor compadre, eu precisava de lenha...

— Vá lá, por esta vez; mas se me fazes outra, levante o diabo!

— Descanse, senhor Castro: enquanto êste durar, não virei buscar outro...

Mais recentemente, certo eclesiástico encontrou um meliante a roubar-lhe pinheiros. Indignado, verberou o procedimento do gatuno, que, durante a reprimenda, continuou tranqüilamente a cortar lenha.

Acabado o serviço, perguntou: — E agora, senhor Abade, levo-a embora ou deixo-a para outro?

Em trinta anos despiram-se de vegetação os montes e as bouças, tornando-se árida a paisagem.

E a lareira humilde dos fabricantes vai sendo substituída por fogareiros de petróleo.

II

À medida que, ao longo das margens dos rios e à beira das estradas se erguem, uns após outros, canudos de fábricas, à medida que os campos são cruzados de cabos eléctricos e que os industriais constroem palácios, os operários alojam-se em habitações que parecem casotas de cães: em certos pontos agruparam-se casebres, formando aldeias, que se denominavam pitorescamente « Ilha da Madeira » e « cidade de pau » (1). Ali se pratica largamente *in vivo* a cultura do bacilo de Koch e as moçoilas de músculos de aço e côr rubicunda transformam-se em esquiladas criaturas desbotadas pela clorose ou minadas irremediavelmente pela tuberculose pulmonar.

A virtude tradicional da mulher do Minho abalou-se e a miséria física logo se uniu à miséria moral. As raparigas são, logo ao comêço da puberdade, desonradas amiúde pelos patrões ou fazem, mal saem da infância, ensaios amorosos com os companheiros da fábrica. Como desapareceram, em meio século, as sólidas virtudes da Minhota! Antigamente, na minha freguesia, que era habitada por quatrocentas pessoas, só uma mulher se portava mal. Todos a olhavam com desprezo e dizia-se que o senhor Abade ia expulsal-a. Acreditava-se piamente que o bom do pároco tinha ingerência na policia dos costumes...

Hoje tudo mudou, e, nas regiões onde a indústria domina, quando se apresenta uma mulher em queda moral, as outras erguem os ombros e não é fácil aparecer quem seja digno de atirar a primeira pedra...

(1) V. Cap. II d'êste livro, pág. 19. Nos últimos anos as habitaçõs de madeira vão sendo substituídas, pouco a pouco, por casas de pedra regularmente confortáveis.

Certo dia veio consultar-me uma lavradeira, solteirona; queria que lhe dissesse o que pensava do valor profilático das « velas de Erbon » . . .

III

No tempo das uvas, mal desponta o *pintor*, as mulheres dos operários não precisam de acender o lume. À hora de levar o jantar aos maridos, vão colhendo cachos pelo caminho e, ao chegar à fábrica, levam o avental completamente cheio. E é curioso ver, no verão, à hora da refeição do meio dia, nos terrenos que circundam as fábricas, bandos de operários aninhados no chão em volta dos cachos que suas mulheres levam às abadas. As vindimas vão sendo feitas, deste modo, dia a dia, com grande desgosto dos lavradores, que não podem resistir a êstes assaltos à sua propriedade.

No tempo das uvas, todo o habitante desta região se julga no direito a colhê-las onde quer que as encontre, mesmo que não tenha gastado dinheiro nas podas, nem no enxôfre e no sulfato, nem nas décimas, nem em nada. O lavrador que esboce um protesto é considerado um soberbo desprezível, e aí de quem tente guardar as uvas! Há anos, na Quinta da Bica, uns operários foram às uvas. O feitor verberou-lhes o procedimento, o que lhe valeu levar um tiro que o vitimou. O assassino andou a monte durante algum tempo, mas depois apresentou-se à justiça, que o condenou numa pena tam leve que correspondeu a absolvição. Roubar para comer não é pecado . . .

O milho baixou, o vinho está nas adegas e os lavradores vêem limitados quasi a zero os seus rendimentos. Lançaram-se na criação de gado, mas os pastos são escassos.

A rapaziada quebra as cancelas de madeira e leva-as para o lume, rebenta as que são de ferro e fa-las desaparecer. E, de noite, por brincadeira, procede à demolição sistemática das paredes das bouças. Todos os terrenos ficam livres e as ovelhas e vacas dos lavradores vão procurar o seu pasto onde lhes apetece, sem qualquer estôrvo dos limites das propriedades.

IV

O desprezo pelo direito de propriedade alastrou, invadindo tôdas as classes, e a falta de seriedade nos contratos é hoje moeda corrente.

Há anos faleceu um honradíssimo proprietário, que deixou nos seus apontamentos particulares a nota de ter emprestado a alguns vizinhos determinadas quantias. Procurados os devedores pelo herdeiro, todos declararam que era engano, que todos tinham pago. Pelo contrário, o morto é que ficara devendo ao barbeiro o serviço de um rôr de anos...

São acentuadíssimas as tendências comunistas nas populações do Minho. Se ao Estado convém que se fomentem estas ideias, vá pensando no destino a dar às conservatórias do registo predial e às repartições de finanças.

Mas se, pelo contrário, os poderes públicos forem de opinião que se deve manter a propriedade particular, à vèlha moda romana, então mande policiar os campos e trate de reeducar a gente das aldeias, se ainda fôr a tempo.

Para isso é indispensável a colaboração da autoridade eclesiástica.

As missões religiosas estão a ser tam necessárias na cabeça do Império como na Guiné ou na China.

Sobretudo nos centros rurais onde a indústria se desenvolveu, fazendo estiolar a lavoura, a acção dos religiosos, além de urgente, é cada vez mais difícil e será de efeitos menos seguros que na África. Enquanto que o negro está apto para receber a moral do Evangelho, por não ter, por assim dizer, ideias nenhuma, o Minhoto desmoralizado tem más ideias...

S. Simão de Novais, 10-VIII-35.

V

No inverno passado, roubaram-me algumas uveiras, ficando as vides lamentavelmente estendidas no chão.

Por um raro acaso, descobriram-se os gatunos, que foram forçados a restituir-me o valor das árvores.

Foi pelo Natal e resolvi-me a tirar dura vingança. Mandei entregar o dinheiro da multa a dois párcos, pedindo-lhes que o distribuíssem em esmolas de vinte escudos pelos pobres da terra, preferindo os que fôsem parentes dos larápios. No domingo seguinte, a meu pedido, aqueles sacerdotes escolheriam para a sua homilia o tema: «Não furtar!»

Um dos abades respondeu-me de graciosa maneira: Senhor doutor, isto não vai com sermões. Quando entregava as suas esmolas lia nos olhos dos contemplados: — Queira Deus que roubem mais árvores ao Sr. F... »

S. Simão de Novais, Agosto de 1937.

Progresso agrícola

HÁ quarenta para cinqüenta anos era muito diferente o aspecto dos campos do Minho, bem diversos eram os métodos de trabalho dos nossos lavradores.

As vides eram quâsi exclusivamente suportadas pelas uveiras (carvalhos, cerejeiras, salgueiros, choupos, oliveiras), pois que as ramadas ou latas eram raras. Construídas de madeira, longas *bancas* de castanho, atravessadas por numerosos *barrotes* da mesma madeira, cruzadas por muito bastas *ripes* de pinheiro, as latas tinham um aspecto pesado, que lembrava as *pérgolas* que hoje alindam os jardins e os terraços dos novos ricos. Ficavam muito caras as latas e as videiras não deviam dar-se muito bem sôbre uma construção tam complicada e aparatosa.

Por aquela época foi que as vélhas e pesadas latas de madeira foram sendo substituídas, pouco a pouco, pelas elegantes ramadas de ferro e arame, e pelos bardos

e leiteiros, que tam grande desenvolvimento foram tendo por terras do Minho.

Já se enxofravam as vides, mas o povo achava essa prática nociva à saúde. Para os doentes e gente débil reservava-se vinho de uvas que não tinham levado enxôfre.

A mesma relutância surgiu quando a invasão do mildio exigiu o tratamento pelo sulfato de cobre.

Foi longa a resistência contra o sulfato e só perante a evidência retumbante da eficácia, dêsse remédio é que o povo o foi usando, pouco a pouco.

As uvas eram pisadas de noite pelos vindimadores, que saltavam para o lagar de calças arregaçadas. Tangia a viola e a pisada era uma ruidosa festa báquica.

Sempre rotineiro, sempre desconfiado, o lavrador foi aceitando o ralador mecânico, mas ainda hoje diz, cheio de nostalgia:

— « Para dar côr ao vinho, não há nada como a perna do homem ».

As *espremedeiras* eram vêlhos monstros, talvez do tempo dos romanos, constituídas por uma grande trave de castanho atravessada por um formidável parafuso de madeira, que suspendia uma enorme pedra cônica.

O bagaço, depois de espremido, ainda ficava a escurrer vinho.

Vieram então as prensas de ferro, primeiro muito simples, com a porca atravessada por dois buracos em que se introduziam barras de ferro, e depois cada vez mais perfeitas e mais eficientes.

Todos êstes progressos nas alfaias e na técnica agrícolas foram devidas ao exemplo de raros proprietários inteligentes e ilustrados. Na minha terra quem melhor deu o impulso foi António José Carneiro e Silva, filho de um lavrador humilde da freguesia de Landim.

Quando era criança emigrou para o Pará, onde foi, durante largos anos, comerciante de borracha. Regressando à terra, depois de viajar pela França e América do Norte, fundou no Pôrto a fábrica de Salgueiros e, com o auxílio de meu Pai, organizou em volta da pequena casa onde nasceu uma extensa quinta, e ali foi experimentando novos instrumentos e novos meios de trabalho.

As hortas, os pomares, e o aviário da Quinta de Sande eram verdadeiramente modelares.

Nunca vi tam vasta colecção de plantas hortenses, nem um pomar tam bem organizado. Havia ali ruas extensas de macieiras, de pessegueiros, de pereiras armadas em espaldeiras, com as formas mais extravagantes.

As grandes vessadas eram outrora feitas com os velhos arados de madeira puxados por cinco ou seis juntas de bois. Para o efeito de lavar a terra, os lavradores associavam-se dois a dois, por que era raro quem tivesse o gado preciso para lavar pelo antigo sistema.

Foi o senhor Carneiro de Sande quem teve a iniciativa de experimentar uma charrua de ferro de grande modelo, que era arrastada por uma única junta de bois.

Para a experiência ser completa, mandou vir um lavrador de Bordeus, um rapagão rubicundo, de longos bigodes louros que, à rabiça da charrua Brabant, gritava alègremente aos bois: « Allez! Allez! »

Trepados ao muro da quinta, alguns lavradores vizinhos, de bochechas forradas com as clássicas suíças, diziam espantados: « Isto faz varar: como os bois o entendem! » — « Mas a terra não pode ficar bem lavrada só com uns bois » — « Ná . . . isto não pode dar resurtado! »

Mais tarde, o meu Pai promoveu, em Silvalde, uma demonstração das vantagens dos arados de ferro. Foram

unânicos todos os lavradores que assistiram, regeitando terminantemente a nova alfaia.

Não obstante, ela foi universalmente adoptada, pouco depois, não restando hoje quasi nem a memória do velho arado de pau.

O lavrador do Minho é desconfiado e em excesso cauteloso; mas, a-pesar disso, em meio século, transformou por completo os seus métodos de trabalho. Ao lado das charruas de ferro, trabalham hoje os semeadores e os sachadores mecânicos, os escaroladores do milho e as tararas, os engenhos de copos, os esmagadores de uvas e as prensas de ferro.

Quando eu era rapaz, nem de nome eram conhecidos tais aparelhos.

Contudo o lavrador da minha terra mantém ainda o ódio antigo às máquinas agrícolas. Sei de um criado de lavoura que inutilizou propositadamente um escarolador de milho, para que pudesse continuar a servir-se do macho tradicional.

Fontes duma novela camiliana

«A MORGADA DE ROMARIZ»

AO SENHOR PROFESSOR RICARDO JORGE

NA minha infância, muito ouvi falar das proezas do «Cego de Landim» e da sua famosa afilhada «Narcisa do Bravo»; muitas vezes atravessei, à entrada do cemitério de Landim, a pedra tumular do Cego e li o seu epitáfio.

Compulsei mais tarde o manuscrito onde um velho cirurgião (1) redigiu a observação clínica dum irmão do Cego Pinto, cuja família conheço.

Ouvi tocar muitas vezes a música dos Paivas, de Ruivães, conversei com o autêntico «Fistula» do Eusébio Macário, conheci os filhos e sou amigo de numerosos netos da alcunhada «Brasileira de Prazins», a cujo funeral assisti.

(1) J. A. Pires de Lima — O «Charneca» — Vida dum cirurgião do Minho do tempo do João Semana (*Arquivo de História da Medicina Portuguesa*, 1922 e Cap. IV dêste livro, pág. 43).

Nos tempos de rapaz tinha sempre diante dos olhos Monte Córdova, onde Camilo fez passar muitas cenas de emocionante romance.

Passando, há longos anos, tôdas as férias de verão em S. Simão de Novais, que dista meia légua de S. Miguel de Seide, tomei ali conhecimento da tradição de um facto que tem grandes semelhanças com a narrativa da novela « A Morgada de Romariz ».

« No tocante a nomes e localidades, diz Camilo, desfigurei tudo » (1).

Parece-me que, em quási tôda a sua obra, Camilo empregou êsse método, predominando nela a ficção criada pela sua prodigiosa fantasia.

Ainda há pouco o senhor Visconde de Valdemouro (2) demonstrava que a história dos amores do Simão Botelho do « Amor de Perdição » é um puro romance.

A narrativa colhida por mim em S. Simão de Novais é extrêmamente simples. Ouvi-a a algumas pessoas idosas daquela freguesia.

Hà muito tempo (o povo não fixou nome nem data) vivia na Casa da Fonte, um humilde tendeiro que levava a sua vida vendendo fitas e botões na feira de Santo Tirso.

Era muito económico e envergava constantemente um véelho casaco de saragoça (3).

(1) Camilo Castelo Branco — « Gracejos que matam », 3.^a edição Lisboa, 1915, pág. 11.

(2) Visconde de Valdemouro — Camilo e o seu « Amor de Perdição ». História não! Romance sim! (Bazar das Letras, das Ciências, das Artes: Suplemento Literário de « A Voz », 13-XI-36).

(3) Cf. o que disse Bento da Costa Araújo a seu filho: « O que eu herdei foi um reguingote de saragoça já no fio » (A Morgada de Romariz, 3.^a ed., Lisboa, 1915, pág. 190).

Um belo dia foram à praça uns foros, o tendeiro da Fonte apareceu a lançar no leilão e, com grande espanto, os foros foram-lhe adjudicados. Todos duvidavam que êle tivesse meios para pagar, mas o homem tirou do bôlso do casaco de saragoça uma saca de libras e logo se fez a escritura.

Daf por diante, o tendeiro, que tinha fama de muito pobre, pois que vivia de um caldo que uma vizinha lhe dava de esmola, passou a ser considerado riquíssimo.

Certa noite, um bando de salteadores arrombou a porta da Casa da Fonte e exigiu que o tendeiro entregasse todo o dinheiro que possuía. A malta era constituída por pessoas de categoria, e dela faziam parte os próprios funcionários, que intervieram na venda dos foros.

Os gatunos, porém, não foram bem sucedidos, porque só apanharam ao homem uns míseros patacos.

Desiludidos, levaram-no prêso para o vizinho Monte de S. Miguel-o-Anjo ⁽¹⁾, amarraram-no a um carvalho, insultaram-no e bateram-lhe, exercendo sôbre êle as mais execráveis sevícias.

O pobre homem, desmoralizado por tantos desgostos, pouco tempo sobreviveu.

A isto se resume a lenda do tendeiro da Fonte, na qual encontro grandes semelhanças com a novela camiliana « A Morgada de Romariz ».

Seria a lenda do tendeiro a fonte da novela?

A casa assaltada, na novela camiliana, estaria situada na *Congosta de Enxiras*, em Vila Nova de Famalicão.

(1) Vide J. A. Pires de Lima — «Uma visita ao Monte de S. Miguel-o-Anjo» (*Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, III, 4, Pôrto, 1928 e Cap. V dêste livro, pág. 61).

Devo declarar que semelhante *congosta* não é hoje ali conhecida.

S. Simão de Novais pertence ao concelho de Vila Nova de Famalicão, mas dista onze quilómetros da vila que é sede do concelho.

A casa da Fonte fica mesmo na encosta do Monte de S. Miguel-o-Anjo, onde seria maltratado o tendeiro.

Camilo Castelo Branco, das traseiras da sua casa de S. Miguel de Seide via muito bem o gracioso outeiro.

O monte de Vermoim é muito distante de Vila Nova de Famalicão. É verdade que ali se fazia a exploração de pedreiras para a extracção de esteios para ramadas, mas não é crível que os salteadores levassem o pedreiro, à procura do tesouro enterrado, a duas léguas de distância da sua habitação.

Segundo averiguações a que procedi, a Casa da Fonte, nos últimos cem anos, não pertenceu à Família Araújo.

Mas, pouco antes de Camilo Castelo Branco escrever a novela, chegara do Brasil à Cruz de Pêlo um negociante chamado Matias da Costa Araújo que, depois de casar com uma sobrinha, que vivia em Mouquim, veio estabelecer-se a meia légua de S. Miguel de Seide e a um quilómetro da Casa da Fonte, no lugar de Cegade, freguesia da Carreira, construindo ali uma grande casa de perpianho (1868).

Esse edificio, que ainda hoje se chama a « Casa das Matias », por lá habitarem, durante muitos anos, as filhas daquêlê « brasileiro », foi depois valorizado pela passagem da estrada que se dirige a Riba de Ave.

Defronte dêssa casa, e em terreno que pertenceu a Matias da Costa Araújo, eleva-se hoje uma das fábricas de tecidos de algodão, que se encontram, às dezenas,

espalhadas nesta região, pelos concelhos de Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Santo Tirso.

Conheci muito bem Matias da Costa Araújo, que tinha uma gordura descomunal e morreu diabético, deixando um filho com o mesmo nome.

Confessa Camilo Castelo Branco, no Cap. III da sua novela, que se socorreu de um « livro raro, malísimamente escrito, precioso repositório dos costumes portugueses do décimo oitavo século ».

É o tómo XIV do *Teatro de Manuel de Figueiredo*, volume organizado pelo seu irmão tenente-coronel Francisco de Figueiredo.

Daí extraio os seguintes passos, que estão de acôrdo com a narrativa camiliana:

Em Janeiro de 1756 vira o autor no Campo de Santa Ana um negociante a examinar, com grande desembaraço e tino, uns fardos de fazendas avariadas.

Em 1762, em conversa, falou-se do *Joia*, da sua grande riqueza, do seu trato brilhante.

O *Joia* era o mercador António da Costa Araújo, que teve loja no Campo, logo depois do Terramoto. Era aquêlo moço que, seis anos antes, recolhia as fazendas avariadas.

Vendeu umas casas, que possuía na Rua Augusta, mas reservou ali um quarto, onde viveu o resto dos seus dias.

« Vim a saber depois da sua morte, diz Figueiredo, que êste raro homem era natural de Vila Nova de Famalicão; que pelos anos de 1740, pouco mais ou menos, viera para casa de seu tio Matias da Costa Araújo, mercador da mesma rua, então chamada dos Escudeiros, cuja loja ficava defronte da que êle ali teve, entrando do Ros-

sio à esquerda; e que seu tio o mandara para as aulas dos jesuítas.

Nicolau Jorge, também mercador, emprestou-lhe duzentas moedas, que foram empregadas na compra de fazendas avariadas, que se vendiam em leilão.

Naquêle ano de 1756 ganhou 12.000 cruzados e em seis anos estava riquíssimo ».

Que relações haverá entre o Matias da Costa Araújo, negociante da rua dos Escudeiros no tempo do Marquês de Pombal, e o Matias da Costa Araújo, que mandou construir a *Casa das Matias* ?

Ambos eram de Vila Nova de Famalicão e é possível que pertencessem à mesma família. Tanto não averigüei, por não me parecer essencial para êste estudo.

No Capítulo X da sua novela, Camilo desloca a acção para a *Honra de Romariz, nos arrabaldes de Barcelos*.

Por intermédio do Dr. António Pedrosa Pires de Lima, secretário da Câmara Municipal de Barcelos, obtive as seguintes informações, sôbre Romariz, do sr. Bento Antas da Cruz, erudito funcionário aposentado daquela Câmara :

A Honra de Romariz, na antiga Comarca de Barcelos, está incorporada na freguesia de Santa Maria de Meinedo, do Concelho de Lousada, distrito do Pôrto.

Esta freguesia era outrora em parte coutada e em parte honrada, sendo vigairaria do Arcediago do Pôrto, como se pode ver na « Corografia » do P. Carvalho.

O Concelho de Lousada, ao qual pertence a freguesia de Meinedo, era antigamente da ouvidoria de Barcelos.

Incorporado na parte honrada de Meinedo, estava o lugar de Romariz, que dava o nome à honra, e neste a grande quinta de Romariz, que foi de António de Mendonça, o qual, morrendo sem descendencia, deixou todos

os bens a seu irmão Fr. João de Mendonça; êste, por morte, legou a quinta de Romariz ao Dr. António Pinto Coelho Soares de Moura, irmão do bravo general realista Bernardino Coelho Soares de Moura (*Apud* Pinho Leal «Portugal Antigo e Moderno»).

Também o «Minho Pitoresco» se ocupa do assunto.

Romariz era, no século XVI, uma pequena freguesia (censo de 1527), sendo mais tarde anexada à de Meinedo.

O concelho de Lousada veio para a correição de Barcelos em 1401.

Mas, a-pesar-de ter pertencido à Comarca de Barcelos, Romariz não podia, de forma alguma, ser considerada *um arrabalde de Barcelos*, como diz Camilo.

Depois do falecimento do Dr. Soares de Moura, quais seriam os possuidores da Quinta de Romariz? Seria ela realmente vendida a um descendente do usurário Bento da Costa Araújo? Existiria de facto a Felizarda, morgada de Romariz?

Segundo informações que me obteve o Sr. Joaquim Campos, as quintas de Romariz, pertenças da Casa de Além, passaram do Dr. António Pinto Coelho Soares de Moura, da Casa da Lama, para seu filho Dr. Francisco Soares de Moura, e dêste para seu filho Augusto Soares de Moura.

Êste vendeu a Casa de Além e uma das quintas de Romariz — Quinta do Cabo — a Vitorino Ferreira de Magalhães Mendonça, que, por não ter filhos, deixou todos os seus bens, em testamento, a sua sobrinha D. Delfina Malheiro de Magalhães Mendonça, casada com o Dr. Joaquim Augusto da Silva Moura, actual possuidor da Quinta de Romariz, o qual é bisneto do Dr. António Pinto Coelho Soares de Moura, dono da Quinta de Romariz no tempo em que Pinho Leal escreveu o «Portugal Antigo e

Moderno ». Nunca houve, portanto, uma Felizarda, morgada de Romariz, descendente de Bento da Costa Araújo, e parece-me que foi a seguinte a génese da formosíssima novela :

Camilo Castelo Branco ouviria a qualquer vizinho a narração do assalto ao tendeiro da Casa da Fonte e, à roda da lenda singela, o genial romancista architectaria uma das mais formosas « Novelas do Minho ».

Camilo fala de um processo, onde vira certos nomes (Cap. II da ed. cit.). Mais tarde, em um livro impresso por 1815 (certamente o *Teatro* de Manuel de Figueiredo), lera uns nomes que tinha visto nos autos escandalosos. Examinou de novo o processo, e trasladou certas passagens que (diz Camilo), alinhavadas a outras do referido livro, deram a « Morgada de Romariz ».

(Bazar das Letras — das Ciências — das Artes de «A Voz»
25-XII-36).



XVIII

No parque das Águas de Melgaço

DEPOIS do almôço, para fugir ao calor, dirigi-me ao parque. Nas obras do anexo do hotel, os operários içavam a pulso uma grande pedra, apenas auxiliados por uma simples roldana e pela música dolente duma longa cantilena, que faz lembrar a canção tam vulgarizada dos barqueiros do Volga:

«Êêêiii	Que vai ligando,
Pêdrinha, aóóeeiii ...	Que vai subindo,
Ó, mandadinha,	P'ra seu descanso ...
Arrinca e tira,	Eóóóuuu

Logo passei à floresta das tília em flor, onde zumbiam milhares e milhares de abelhas.

Melros de bico brunido saltitavam sem medo aqui e além, acompanhando em modo maior a sinfonia das Aves e dos Insectos.

Os pulmões regalavam-se com o ar puríssimo, e o olfacto enebriava-se com o perfume delicado daquelas ár-

vores. «Tôda essa sinfonia de verde, diz o Conde de Sabugosa (Neves de Antanho), executada a grande orquestra, sob a regência de um sol brilhante, que vivifica o torrão; se reflete nas lentejoulas de feldspato e de mica, tapete dos caminhos feito como do pó de diamantes e que dá a essa região o geito dum sorriso da natureza».

Atravessando a ponte do primeiro riacho, desandei para a sua margem direita e fui sentar-me debaixo dos amieiros, num dos quais, há dois anos, tinha entalhado as iniciais do meu nome, que mais avultavam agora com o engrossar do tronco.

Ao longe roncava estrídula a máquina do combóio espanhol e eu preparava-me para ler, ao som murmurante das águas do ribeirão, um auto de Gil Vicente.

Libélulas de côres vivíssimas voltejavam por cima da água e poisavam, aqui e além, nos caules ondulantes dos arbustos. Um rebanho de quatro ou cinco gansos tolosanos pastava em sossêgo, a distância.

«Pate! pate! pate!» — exclamei; e os palmípedes, a grasnar, alongando o pescoço de serpente, caminharam logo para mim, esvoaçando.

Ao mesmo tempo, de um lado e de outro, dirigiram-se também para o pé de mim dois cães das minhas relações: o «Paralta», amarelo, hirsuto, corpulento, de cauda em espiral, e o «Periquito», mais pequeno, muito vivo, de rabo cortado, branco, com grandes malhas pretas na cabeça.

De raças muito diferentes, seria quâsi tão difícil averiguar-lhes a ascendência como à dos filhos da «Pasionaria».

No fim do almôço, costumava meter no bolso o pão que estava proibido de comer, para oferecer a seres não atacados de diabete.

Parti-o aos bocadinhos e comecei a distribuí-lo, com escrupulosa eqüidade, pelos patos e pelos cães.

O «Periquito», que já sabia com quem lidava, ficou a respeitosa distância; e o «Paralta», como se fôsse um homem, roído pelo cancro da alma a que chamam inveja, atirou-se brutalmente aos gansos, mordendo um dêles. Indignado, descarreguei-lhe algumas bengaladas. E o pobre bicho, com tocante humildade, nem tentou fugir, nem soltou o menor queixume. Deitou-se aos meus pés, resignado, confessando: «Castiga-me, que bem o mereço!»

Eram horas do correio. Subi de novo por debaixo das tílias, que embalsamavam o ar com ondas de perfumes.

Na estrada passava alegremente, para a festa de S. João, a orquestra de Barbeita, composta de quatro figurantes: um tocava a *gaita grileira* do Alto Minho, outro clarinete, o terceiro tambor e pratos e o quarto uma pequena caixa de rufo.

Em cima, os pedreiros continuavam a interminável lenga-lenga:

Largo

Es-to é a pa-di-ei-ra da ja-
-ne-la car-re-guem pro fun-do Eô-ôô-uu é
e-la to-da con-ten-te prê-se-à cor-ren-te que'stôa che-gar à ter-ra
de-la Eô-ôô-uu-uu — uu Eô-ôô-uu-uu — u

Junho de 1937.

ÍNDICE

I— A doença de S. Roque	1
II— A epidemia de 1918	19
III— A castração da porca	39
IV— O cirurgião da Charneca.	43
V— O castro luso-romano de S. Miguel-o-Anjo	61
VI— Luiz de Freitas Viegas	77
VII— O cavalo maluco	89
VIII— Demografia e Ensino	95
IX— Há cinqüenta anos	107
X— Fantasias de um tirsense em férias	109
XI— A primeira consulta.	113
XII— Os bichos são como a gente	115
XIII— O orvalho da Relva	123
VIX— O Senhor fora	125
XV— Tendências comunistas do povo do Minho	129
XVI— Progresso agrícola	135
XVII— Fontes duma novela camiliana: «A Morgada de Romariz»	139
XVIII— No Parque das Águas de Melgaço	147

(INDICE)

CONCLUÍDA A IMPRESSÃO DÊSTE LI-
VRO NAS OFICINAS DA COMPANHIA
EDITORA DO MINHO — BARCELOS —
EM 12 DE OUTUBRO DE 1937.

